

FORMAÇÃO SACERDOTAL, SANTIDADE DE VIDA, PREPARAÇÃO INTELECTUAL, EIXO DO LUMINOSO TIROCÍNIO DOS FUTUROS MINISTROS DE DEUS

Discurso de S.S. João XXIII aos Reitores dos Seminários Regionais, Maiores e Menores da Itália — 29-7-1961 (1)

Diletos filhos,

O encontro de hoje não precisa de uma longa introdução. Ao perfeito e imediato entendimento entre Nossa ama e as vossas bastará o dizer-vos desde já que, durante as jornadas de estudo, sentimo-Nos como que ao lado de cada um de vós, com o pensamento, com a oração e com os mais fêrvidos votos e auspícios.

Éra muito natural Nosso mais vivo e cordial interêsse pela providencial iniciativa de um "Curso de atualização para Reitores de Seminários".

Ficamos gratos à Sagrada Congregação dos Seminários e, antes de tudo, a Vós, venerando e zelosíssimo senhor Cardinal Prefeito, por terdes promovido o Curso. E ficamos gratos aos Docentes do Instituto Superior de Pedagogia do Pontifício Ateneu Salesiano, que a esta eleita assembleia comunicaram tesouros de doutrina e de experiência.

O falar de jovens seminaristas enche de comovente alegria o Nosso coração. De fato, êles confirmam o otimismo com que Nós julgamos as gerações modernas, também eias prontas, não menos do que as que as precederam, para oferecer ao ministério sacerdotal as *manus adiutrices*, confirmando assim a eficácia do trabalho secreto e substancial da graça nas almas.

No dia de Pentecostes dêste ano, depois da Consagração de quatorze Bispos Missionários, quisemos confiar esta esperança, esta ânsia palpitante de Nosso coração: "As gerações que já fizeram experiências úteis e as outras que as seguem à distância... oferecem motivos para antegozar com júbilo sucessos honrosos no futuro. Quantas vêzes, ao entrar... no templo de São Pedro para as Audiências gerais, vendo tantos e tantos jovens valentes e cheios de fervor e coragem, educados nas boas maneiras e no respeito das tradições antigas, Nós pensamos nisso, quando não gostamos até de expressá-lo. Oh! porque se não deveria acender, em muitos dêles, a chama que os leve a deixar tudo para se consagrarem ao sacerdócio, à vida religiosa, à prática das obras de misericórdia, aos campos sem fim do apostolado?" (*L'Osservatore Romano*, 22-23 de maio de 61).

(1) "Oss. Rom., sup. sem., 31.6.61

Eis que o "Curso de atualização pedagógica" se coloca nesta luz de esperança: empresa nobre e elevada pelo método cientificamente sólido, pelos mestres experientes, pela sua duração e intensidade, pelo número dos participantes. Ele ofereceu a cada Reitor de Seminário os meios mais aptos para saber escolher, cuidar e animar as vocações ao estado eclesiástico.

Diletos filhos, queremos agora firmar vossa atenção sobre alguns pontos que a Nós parecem ser de particular importância.

E antes de tudo:

I — A FORMAÇÃO PARA A VIDA SACERDOTAL

1) A formação dos jovens seminaristas para a *vida sacerdotal*.

Aprofundastes os princípios essenciais da pedagogia e de suas ciências auxiliares, como a biologia, a psicologia e a sociologia, para complemento de informação no exercício de vossas altas e delicadas tarefas. De fato, nestes dias, tudo foi dirigido para ilustrar a formação das vocações eclesiásticas e os subsídios que à mesma são necessários.

Desejamos, pois, salientar a importância deste problema em relação com a vida da Igreja, da qual é base e pressuposto insubstituível. Um clero bem formado — cabeça, língua, coração — (cfr. II Sess. do Sínodo Romano, pág. 384 sgs.) é o que dá garantia de bom apostolado e de energias ordenadas postas a serviço da Igreja. O *depositum fidei* é intangível e inquebrantável. Mas poderia não ser transmitido com absoluta firmeza e segurança, se no clero viesse a enfraquecer-se aquela fidelidade à tradição, aquele sentido vigilante de moderação e respeito, aquela retidão mental, que são expressões de integridade e coragem. Não se pode fazer frente ao espírito desagregador e independente que uma erudição superficial, sem bases filosóficas, infelizmente difunde com leviandade e pertinácia, se no jovem clero se afrouxar a vigilância contra os devaneios de certas divagações e de curiosidades *quae ad rem non pertinent* (cfr. Ef. 5, 4). A ciência do clero deve progredir sobre o estudo da Escritura, dos Padres, das grandes correntes da espiritualidade, da sociologia cristã.

A este propósito apraz-Nos repetir aqui quanto tivemos ensejo de dizer em Castelfranco Vêneto, a 18 de setembro de 1958, no primeiro centenário da ordenação sacerdotal de São Pio X: "Está difundida nos ambientes do laicato a impressão... — dissemos com gravidade — de que algum eclesiástico de nossos dias não saiba resistir às tentações da hora atual: tentações de maiores e mais refinadas comodidades de vida; de superficialidade de estudo, de julgamento, de palavra; de interesse exagerado por aquilo que é barulhento; de mau estar perante os deveres cotidianos que impõem abnegação, desapêgo, paciência, mansidão.

Não nos deixemos deprimir — dizíamos então — não nos adaptemos ao leito cômodo da vida cotidiana sem alegria e sem entusiasmo, à aragem mundana da hora que passa e arrasta: não constranjamos o Evangelho de Jesus e os ensinamentos de sua Igreja nos estreitos limites do egoísmo pessoal e de proveito próprio. Dilatemos os pavilhões da caridade e afervoremo-nos aqui no bem e no melhor" (Card. A. G. Roncalli, *Scritti e Discorsi*, III, p. 654-655).

Diletos filhos, guardamos em Nosso coração o frêmito de assentimento que se apoderou daquela assembléa episcopal e sacerdotal de Castelfranco Vêneto e, ainda hoje, bendizemos ao Senhor, como que por um extremo penhor de fidelidade e de coragem que êle Nos ofereceu, a poucos dias de Nosso chamado a êste serviço universal das almas.

Não se pode ir ao encontro das necessidades do povo cristão, especialmente das exigências de perfeição do laicato mais próximo e mais sensível, se o clero não estiver primeiro alimentado por uma vida espiritual profunda, se sua luz não brilhar sôbre o candelabro de uma perfeição que se irradia e conquista.

Essa formação completa e harmoniosa tão necessária nos anos fecundos do Seminário, que é seu ambiente ideal, propositalmente criado pela sabedoria longevidente dos Padres do Concílio Tridentino, depende de todos os que têm a responsabilidade da educação dos jovens; mas podemos dizer que a mesma se assoma na figura do reitor. É a êle que, como a um bom pai de família, vão ter os vários ramos da vida ordenada do Seminário, e de sua perícia depende a eficiência da instituição em suas atividades complexas.

Ora, a formação que é ministrada por cada um dos superiores, cada um em seu lugar de responsabilidade, sob a direção do reitor, tem um aspecto duplo: intelectual e religioso-moral; aspecto que se integra harmoniosamente para dar seu resultado pleno e completo. O primeiro não deve servir de obstáculo ou, Deus não permita, de prejuízo para o segundo, e êste deve permear e equilibrar o primeiro.

Diletos filhos, permiti ao antigo mestre e diretor espiritual de seminário que hoje vos fala, uma recordação de juventude. Nos dez anos de Nosso humilde e filial serviço ao lado de Mons. Radini-Tedeschi, o colaborador que tínhamos de introduzir mais do que qualquer outro foi Mons. David Re, o venerando Reitor do Seminário Nosso de Bêrgamo, cujas visitas ao Bispo eram tão freqüentes que, poderíamos dizer, eram cotidianas.

Esta fica como uma das impressões mais caras e comoventes de Nossa vida! O Bispo e o Reitor do Seminário, verdadeiramente e sempre, e perante a diocese, *cor unum et anima una*.

II — FORMAÇÃO EM ORDEM À SANTIDADE DE VIDA

Formação para a santidade de vida, sem fraquezas nem compromissos, segundo nossa boa tradição, que visa à virtude, ao sacrifício, à renúncia. Os sólidos princípios ascéticos elevam o jovem do estado de imaturidade, de indecisão, de acanhamento, que em sujeitos predispostos podem levar até a formas psico-patológicas.

Por outro lado, a formação assim entendida visa a debelar pela raiz o espírito de independência, de intolerância, de crítica, alimentado por uma afirmação da personalidade que, pelo menos nas expressões de uma educação mal entendida, alega só direitos e poucos deveres: gravíssimo perigo capaz de sufocar as energias de um jovem e prejudicar a eficácia sobrenatural de seu futuro apostolado.

A Igreja, desde os primeiros anos de seminário, quer arraigar profunda-

mente nos adolescentes chamados ao sacerdócio a estima profunda e sobrenatural da missão que o Senhor fêz brilhar aos olhos dêles: *sic nos existimet homo ut ministros Christi, et dispensatores mysteriorum Dei* (I Cor 4, 1). É isso que pede o povo cristão: ministros, dispensadores, sacerdotes do Altíssimo, penetrados da dignidade própria e da responsabilidade de reconduzir a Deus tôdas as formas da sociedade humana.

Desde o seminário, o candidato ao sacerdócio é algo de sagrado, de distinto, de separado; o próprio porte exterior, a alegria até da diversão, nada mais tendo de distraído e ainda menos de grosseiro ou de estudantil, denota, sim, alguém que se prepara para se consagrar a Deus: sem afetação, sem pose, mas com o *habitus* que manifesta a harmonia interior da alma.

Nesta luz se salientam os pontos basilares da formação religiosa: a piedade Eucarística, que leva com naturalidade o jovem para o altar e para as almas; piedade profunda, contínua, centro de atração e de aspiração para a mente e o coração, de modo que se torne mais tarde o eixo da atividade apostólica; com a mesma, as devoções ao Santíssimo Nome de Jesus, a seu Sagrado Coração e a seu Preciosíssimo Sangue, pelas quais — como dissemos a 30 de junho passado, falando na Basílica de São Paulo — “é coisa boa o animar sacerdotes e fiéis, encaminhar especialmente os futuros mestres da geração contemporânea e da que depois nos seguirá, a uma dignidade e elevação de alta e mais penetrante catequese, da qual se observam aqui e acolá indícios interessantes e fervorosos” (L'Osservatore Romano, 2 de julho de 1961).

A devoção a Nossa Senhora, Mãe de Jesus e nossa Mãe, deve ser cultivada num sentido católico, de tal forma que possa moderar a tendência de se deter nas pequenas efusões do sentimento, a que, às vêzes, se entrega nosso povo; exaltando peculiaridades locais, mas do que os títulos de honra, preclaros e proeminentes, de Maria: sua virgindade, a maternidade divina, seu lugar junto à cruz.

E, como em Maria Santíssima, sugeri aos jovens seminaristas uma especial confiança em São José, cuja presença — que quisemos tivesse maior ressonância no templo máximo da cristandade — se revela muito oportuna na Santa Igreja entre os esplendores do apostolado universal e dos mais insignes doutores e mártires da fé.

Manso, silencioso, discreto: São José é modelo perfeito a ser imitado em circunstâncias que se renovam em todos os tempos e que exigem abnegação de si mesmo e abandono total em Deus.

Para formar um clero santo e santificador, ao lado destas devoções insubstituíveis, eis ainda a Confissão semanal que, juntamente com a Direção espiritual, é fonte de purificação e de santificação, alimento e estímulo de constantes elevações espirituais; eis a meditação cotidiana, a leitura espiritual, feita especialmente sobre os Textos Sagrados, os exames de consciência, a contemplação e meditação dos mistérios do Rosário.

III — PREPARO INTELLECTUAL

Quando a preparação religioso-moral se apoia sobre estas bases seguras

e luminosas, então a preparação intelectual, inserindo-se naquela harmônicamente, se torna como que um seu aspecto complementar e alcança para as exigências multiformes da vida pastoral o máximo rendimento. Antes de mais nada, uma sólida formação filosófica cristã, conforme os princípios, a doutrina e o método de Santo Tomás, que dê ao aluno de hoje e ao homem de amanhã equilíbrio de julgamento, profundidade de vistas, bom sentimento e maturidade intelectual. À luz destes princípios esclarecedores poderão ser julgados em seu justo valor os vastos movimentos culturais e literários; as correntes do pensamento moderno, as lacunas e os perigos do tecnicismo. Como de fato observa Nosso Predecessor Pio XII de v.m., "aemulatio in veritate quaerenda et propagaanda per commendationem doctrinae Sancti Thomae non supprimitur, sed excitatur potius ac tuto dirigitur" (Discurso aos Alunos do Santuário, 21 de junho de 1939; *Discorsi e Radiomessaggi*, I, p. 213). Tudo quanto de belo e de grande produziu e continúa a criar o espírito humano, será julgado assim no seu valor, adquirirá novos reflexos pela ação apostólica, que deve ser movida pelo grande anúncio paulino: *omnia vestra sunt... vos autem Christi, Christus autem Dei* (I Cor 22-23).

E para esta visão total à luz do plano de Deus, eis o estudo da teologia, em seus maravilhosos tratados, que descobrem sempre novos esplendores ao intelecto sedento de verdade; estudo que é cumprido no obséquio filial para com o Magistério da Igreja, isto é, do Sumo Pontífice e dos Bispos a Ele unidos, regra próxima de verdade. Eis os tesouros do Livro Divino, nas harmonias conjuntas do Antigo e do Novo Testamento; o pensamento dos Padres e dos Doutores; o esplendor dos ritos litúrgicos, estudados profundamente em suas origens e em seu sentido; o estudo da sociologia à luz dos documentos dos Romanos Pontífices; eis a explicação da história da Igreja, juntamente com as outras ciências auxiliares dos estudos teológicos, que dão às mentes aquela formação completa, que ilumina uma vida tóda, e na qual poderão encontrar certezas sobre-humanas tantas almas desorientadas, confusas, desejosas de verdade.

Eis, Veneráveis Irmãos e queridos filhos, quanto Nosso coração Nos ditou no ensejo desta tão distinta Reunião. Estes dias, passados em tão grande seriedade de estudo e suavidade de encontros fraternais, hão de trazer todos os frutos que deles se espera. Vossa obra, escondida e incansável, é mais preciosa entre as *muitas tarefas* da vida da Igreja, e Nós fazemos questão de vos assegurar tóda a Nossa estima. Estamos perto de vós, com o pensamento e com a oração, e desejamo-vos muitas consolações em vosso ministério: especialmente a de poder ver cada vez mais numerosas gerações de jovens sacerdotes saírem dos seminários, com o olhar luminoso e o coração aberto, para difundirem ao seu redor aquela luz e aquêle calor que sorveram de vós, de vossa fé, de vosso sacrifício.

E, como penhor de Nosso mais vivo e paternal afeto, vos acompanhamos com uma especial Bênção Apostólica, que vai antes de tudo ao Nosso Venerável Irmão o Cardeal Giuseppe Pizzardo, a seus valorosos colaboradores da Sagrada Congregação dos Seminários e das Universidades de Estudos, e a todos os diletos Seminaristas da Itália.

O PAPEL DO SUPERIOR MAIOR NO RECRUTAMENTO DAS VOCAÇÕES SACERDOTAIS E RELIGIOSAS

*Dom Orlando Chaves SDB
Arcebispo de Cuiabá*

I — UMA DUPLA EXPERIÊNCIA NO RECRUTAMENTO VOCACIONAL

Vamos expor aqui a nossa dupla experiência no recrutamento das vocações no setor dos Religiosos e no do Clero Secular.

Um dos problemas mais graves do Brasil e de toda a América Latina é a escassez de clero. É tão grave que preocupa não somente a nós, que sentimos arder em nossa carne a crueza do problema, mas também à Santa Sé que acaba de instituir a Comissão para a América Latina, em vista da escassez do clero, e até às nações católicas: a Espanha (Obra de Cooperação Sacerdotal Hispano-Americana), a Bélgica (Collegium pro America Latina), os Estados Unidos, o Canadá, todas se preocupam em resolvê-lo.

Enquanto na Bélgica, onde ainda se queixam da falta de clero, há um sacerdote para 563 católicos, no Brasil 1 para mais de 5.000, isto é, dez vezes menos. Nos Estados Unidos há 42.000 sacerdotes para 42 milhões de católicos, no Brasil 12 mil para 65 milhões. Nos Estados Unidos 17.400 paróquias, no Brasil menos de 5.000. Daí o abandono das almas, as escolas sem aula de catecismo, a religião sem Sacramentos e sem vida cristã, o indiferentismo, o recuar da Igreja, o triunfo do laicismo, a multiplicação da erva daninha das heresias e da superstição.

A escassez de clero no Brasil, porém, não existe por falta de vocações. Assim o atesta a nossa experiência. Fomos Inspetor (Provincial) Salesiano da Inspetoria de São Paulo, que compreendia os Estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Guanabara, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Havia convicção de que a Inspetoria não tinha vocações suficientes para se manter e ainda se recebiam missionários da Europa. Demos, com a graça de Deus, início à Cruzada das mil vocações, em 1939. Todas as energias da Inspetoria foram canalizadas para a grande Campanha. Em nove anos, tínhamos mais de mil vocações. Nesse lapso de tempo, com capacidade para mil alunos, foram construídas cinco grandes casas de formação entre as quais um noviciado para 100 noviços.

Para propaganda e apoio espiritual e material do grande movimento, procuramos organizar e incrementar paralelamente a Pia União dos Cooperadores

Salesianos, que tinha a mesma finalidade da Obra das Vocações Sacerdotais e da Obra das Vocações Religiosas instituídas por Pio XII para amparo do movimento vocacional do clero secular e religioso.

Chegamos a ter 20.000 cooperadores que rezavam pelas vocações, nos ajudavam na propáganda e com ofertas materiais, e nos enviavam bons meninos para as casas de formação.

Assim a Providência Divina nos amparou e não faltaram os meios para o possante surto vocacional.

Não tardaram a aparecer os resultados: os noviços subiram a mais de 80, os estudantes de filosofia a mais de 200. A Inspetoria de desmembrou em duas: Rio de Janeiro e São Paulo. E ambas, poucos anos depois, tinham pessoal para as suas obras e para enviar às Missões de Mato Grosso e Amazonas. Não só: mas, tendo-se progapado o espirito missionário em ambas as Inspetorias, até a Índia e a China receberam missionários brasileiros enviados por elas. Ficou provado que não há falta de vocações. O que pode haver é recrutamento deficiente e falta de cuidado das vocações.

Em 1948, no auge da empolgante Campanha, fomos eleito Bispo de Corumbá em Mato Grosso, território de missões. Tivemos que recomeçar da estaca zero a campanha das vocações, e, desta feita, para o clero secular. O panorama era desolador. Não havia nem um Seminário secular e nem um seminarista em tôda a Província Eclesiástica de Mato Grosso, que tinha 7 circunscrições: 1 Arquidiocese, 2 Dioceses e 4 Prelazias.

O Seminário de Cuiabá, o único do Estado, fechado desde 1907 por falta de professôres e alunos, tinha sido entregue à Inspetoria Salesiana que nêle mantinha uns 40 aspirantes do curso preparatório e ginasial.

Muitos procuravam nos dissuadir dizendo que nada conseguiríamos, porque o ambiente não estava preparado. Não desanimamos. Pelo contrário, procuramos agir com rapidez. Em três meses, já tínhamos adquirido uma bellissima chácara onde começamos a construir o primeiro pavilhão do Seminário Diocesano. Oito meses depois, acolhemos os primeiros 14 alunos. No primeiro aniversário de nossa Sagração, tivemos a consolação de receber cartinhas filiais de congratulações de nossos seminaristas que já eram 38.

O ambiente era de fato adverso. Em algumas paróquias havia 80% e mais de famílias ligadas só pelo contrato civil. Os meninos não tinham ouvido falar do sublime ideal da Vocação. Enquanto prosseguimos a construção material do Seminário para receber 300 alunos, começamos o trabalho árduo de cristianizar as famílias nas contínuas visitas pastorais, em viagens duras e intermináveis. Só em uma paróquia fizemos 240 casamentos de casais ligados não religiosamente. Fomos falando da vocação e aceitando no Seminário aos que o pediam, sem nos perder em considerações sôbre a percentagem de perseverança. A um pároco religioso que nos perguntou com que percentagem nos contentaríamos, respondemos: um ou zero por cento.

Foi a semente que frutificou. Hoje, Mato Grosso tem 3 Seminários e um pré-Seminário para a formação do clero secular, e 4 casas de formação de Religiosos. Os seminaristas de ambos os cleros são ao todo 379. Vários já estão no Seminário Maior e alguns atingiram o Sacerdócio.

O Seminário de Cuiabá, fundado em 1858, esteve fechado por meio século. Reaberto em 1956, tem hoje 80 alunos. Abrimos suas portas não só para os jovens da Arquidiocese, mas também para as vocações de outras circunscrições. Temos alunos de 3 Dioceses e de 3 Prelazias, sendo uma do Amazonas, outra do Acre.

Em vista da consoladora colheita de vocações, estamos já construindo em uma bela chácara de 181 hectares, em Cuiabá, o Seminário Maior para Mato Grosso, com capacidade para 200 alunos, e já adquirimos um amplo terreno de 821 hectares sobre a serra de São Vicente, na altitude de 750 metros, para um outro Seminário Menor, com capacidade para 200 alunos, a fim de receber seminaristas também das prelazias e de outras Dioceses. Estamos empenhados em outra cruzada das mil vocações. Agora para o clero secular de Mato Grosso.

Eleito Presidente da Comissão Episcopal da Obra das Vocações Sacerdotais da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, com o intuito de resolver, quanto antes, o problema da falta de clero em nossa Pátria, dirigimos um apelo a todo o Episcopado e aos Religiosos para levarmos avante a Campanha de um Seminarista para cada mil habitantes no Brasil. Dando início a essa Campanha, publicamos um opúsculo com a estatística dos atuais seminaristas das Dioceses e Prelazias e das Ordens e Congregações Religiosas.

Apuramos um total de 9.780 seminaristas do clero secular e 15.462 do clero religioso. Ao todo 25.242. Considerando que o Brasil já tem mais de 72 milhões de habitantes, é preciso triplicar o número de nossos candidatos ao sacerdócio. Quer dizer, teremos todos que triplicar nosso trabalho, nossos esforços, nossos sacrifícios pelas vocações. Esta será a primeira etapa, porque o ideal é ter um seminarista maior para cada mil católicos, como os Estados Unidos que atingiram esse ideal, contando com 42.000 seminaristas maiores. Atualmente o Brasil só tem 4.278 seminaristas maiores para mais de 65 milhões de católicos. E não será demais para atingirmos a meta desejada: dar ao Brasil o número de sacerdotes bem formados e santos de que ele precisa. Mãos à obra, pois.

II — O QUE PODERÃO E DEVERÃO FAZER OS RELIGIOSOS NESTA GLORIOSA CAMPANHA ?

1. Recrutar com vistas largas e confiança na Divina Providência o maior número de vocações para sua Ordem ou Congregação. Portanto, não pretender apenas um número limitado de candidatos para manter as obras como são atualmente. Não, é preciso ter vistas largas, voltadas para o bem da Igreja, para as necessidades do Brasil: o maior número possível de vocações para resolver o cruciante problema da falta de clero em nossa Pátria. Nem devemos ter medo que nos faltem os meios materiais para isto. Confieemos na Divina Providência. Nisto pode servir-nos de incentivo o exemplo de Dom Bosco.

Ele, que foi um grande recrutador de vocações, dizia: "Não se deixe de receber, por medo que faltem os meios materiais, um bom candidato ao Sacerdócio; a Divina Providência fará milagres para que não falte o necessário para mantê-lo". Nós sempre agimos assim e nunca faltaram os meios mate-

frãos.

2. Como fundamento da Campanha Vocacional, organize-se na Província a "Obra das Vocações Religiosas", instituída por Pio XII, colocando-se-lhe à frente um inteligente e ativo Diretor, que possa também fazer viagens apostólicas a fim de recrutar juvenzinhos que apresentem os requisitos necessários para o sacerdócio, ou para a vida religiosa como Irmão, e dêem fundadas esperanças de êxito em sua formação.

3. Não basta, porém, recrutar as vocações. Pesa sôbre o Provincial a responsabilidade de formá-las. Cresçam sadias no corpo e no espírito. Para isto os Provinciais dediquem um carinho especial às Casas de Formação: boas construções, aptas à sua alta finalidade. Devem ser as melhores Casas, os melhores Colégios da Província. Os juvenzinhos aí recolhidos devem ser bem alimentados, a fim de crescerem sadios para o trabalho. São os futuros apóstolos da Igreja. Para formá-los, escolha-se o melhor pessoal da Província e em quantidade suficiente, mesmo que outras obras fiquem prejudicadas temporariamente. Essas Casas bem atendidas são a base da Província. Renderão para a expansão futura.

E' preciso fazer mais ainda: os Religiosos, como Clero do Papa, devem procurar o bem da Igreja, ajudando a formar o clero secular, pois que êste falta quase completamente no Brasil.

A) A Colaboração nas Prelazias

Tôdas as Ordens e Congregações Religiosas têm suas Missões, com Prelazias próprias. A Santa Sé impõe aos Prelados a obrigação de formar o clero secular da Prelazia, fundando e mantendo ao menos um seminário preparatório. Nada mais natural, pois a Prelazia é uma Diocese em formação. Quando ela passar a Diocese, deverá ter seu Clero.

Então procurem os Provinciais ajudar os Prelados de sua Ordem ou Congregação a fundar e manter seu Seminário próprio. E' preciso evitar o êrro de ter um Seminário preparatório só na Prelazia para as vocações religiosas e as do clero da Prelazia, dizendo que cada candidato escolherá a vida religiosa ou o clero secular.

Não é preciso ser muito inteligente para ver que, se o pre-Seminário é dirigido por Religiosos, todos quererão ser Religiosos e a experiência o tem comprovado. Conheço um Seminário preparatório nestas condições. Há vários anos que funciona e não deu uma vocação sequer para a Prelazia. Assim o desejo da Santa Sé, de que se forme o clero secular da Prelazia, fica frustrado. E' verdade que se torna difícil, pela falta de vocações, ter dois Seminários preparatórios em uma Prelazia. Mas, tôdas as Províncias, além das Prelazias, têm casas em outras regiões mais favoráveis para as vocações. Aí tenham sua casa de formação, reservando o Seminário Preparatório da Prelazia para as vocações do clero secular, em que se formem os alunos para êste clero.

Os Provinciais devem ver isto com vistas largas, voltadas para o bem da Igreja, e ajudar os pobres Prelados a formar seu clero.

Quando fomos feito Bispo, os Salesianos tinham à frente da Congregação um grande Superior Geral: o Padre Pedro Ricaldone. Ao tomarmos posse

da Diocese, lembrando-se de que tínhamos sido todo dedicado pelas vocações salesianas, nos escreveu uma carta em que dizia: "Agora és Bispo e deves formar o clero de tua Diocese". E nos deu os Salesianos necessários para fundar nosso Seminário. E ao Reitor do Seminário escreveu: "Tua missão aí é formar o clero da Diocese". E daquele Seminário, em 12 anos, não saiu nenhum seminarista para a Congregação.

Estivemos, faz uns anos, em uma reunião de Prelados em que o senhor Núncio Apostólico lembrou a êles a ordem da Santa Sé de se fundar em cada Prelazia ao menos um Seminário Preparatório. Notava-se o temor de certos Prelados de entrar em choque com o próprio Provincial ou com seus religiosos, se quisessem ter seu Seminário. Perante a relutância de alguns, foi preciso o Sr. Núncio dizer que não se devia mais discutir o assunto, que se obedecesse à Santa Sé. A alguns, que se mostravam preocupados em promover as vocações para a sua religião, respondemos que isto é problema do Provincial. Ao Prelado compete cuidar das vocações do seu clero.

Quem não vê a vantagem para um Prelado ter o seu clero, ao menos para as suas necessidades mais próximas: Secretário, Vigário Geral, Cúria, o cuidado do Seminário Preparatório etc.

Assim vai-se preparando a Prelazia a se tornar Diocese, quando a Santa Sé o julgar oportuno.

B) Colaboração nas Dioceses

b) Não é só nas Prelazias que os Religiosos, como clero da Santa Sé, devem com vista e amor pelo bem da Igreja suprir às deficiências e ajudar a formação do clero secular. Também nas Dioceses.

Todos os Bispos que não têm clero, e são tantos no Brasil nestas condições, sem o auxílio dos Religiosos estão impossibilitados de ter Seminário. Então os Provinciais ajudem êstes Bispos, porque a formação do clero é a primeira obra da Igreja. Um Seminário vale mais do que um convento, uma paróquia, uma Prelazia. Tôdas as obras da Igreja estão fadadas ao desaparecimento se fôr descuidada a formação do clero.

Se fôr preciso, feche-se alguma casa para ajudar os Bispos a fundar o Seminário. Teremos que fazer dêstes sacrifícios, se quisermos resolver a crise do clero em nossa Nação que está perdendo a fé por falta de obreiros sagrados.

E quando receberem algum Seminário, reservem para êle os melhores elementos e com abundância, como se fôra a casa de formação da Província. Isto exige o bem da Igreja, o amor a Jesus Cristo.

C) Colaboração nas Paróquias

Procurem os Provinciais recomendar aos párocos, seus Religiosos, que trabalhem também no recrutamento de vocações para o clero secular nas paróquias confiadas ao seu zelo.

Não faz tempo um Bispo nos disse: "Em minha Diocese tenho tôdas as paróquias confiadas a Religiosos. No entanto, à exceção de um dêles, os outros até agora não mandaram um aluno sequer para o meu seminário"!

No entanto é uma obrigação.

Um Pároco é o representante do Bispo em sua Paróquia. Sobre seus ombros pesam as responsabilidades do Apostolado pastoral do Ordinário da Diocese de quem é imediato cooperador. Pois a primeira responsabilidade de um Bispo é formar o clero de sua diocese. E desta responsabilidade participam os Párcos em sua paróquia.

Uma paróquia, embora confiada a Religiosos, que não dá vocações para o Seminário diocesano, é uma anomalia na vida pastoral e jurídica da Igreja.

Aos Provinciais compete animar seus religiosos a cumprirem este sagrado dever.

As paróquias, Escolas e Colégios de Religiosos podem e devem ajudar os Bispos no recrutamento e manutenção das vocações do Seminário Diocesano, organizando e incrementando a "Obra das Vocações Sacerdotais" do clero secular.

Os Religiosos podem, enfim, fazer muito no recrutamento das vocações religiosas femininas de que tanto precisamos para a vida contemplativa e para o apostolado da Igreja nas obras sociais e educacionais. Neste campo há muito que fazer no Brasil. Com reflexo da escassez de clero faltam-nos também vocações femininas. Enquanto a Itália tem 200.000 Religiosas e os Estados Unidos 170.000, o Brasil com um número maior de católicos só tem 32.000. Enquanto os Estados Unidos possuem 14.000 escolas católicas, o Brasil não vai além das 4.300. Daí a nossa falta de Religiosas para os Hospitais, para as Escolas, para os Colégios, para a Catquese nas Escolas Públicas, etc.

Terminando, podemos deixar como lembrança o seguinte programa prático para os Revmos. Superiores Maiores aos quais temos a alegria de nos dirigir.

Considerando a grande escassez do clero no Brasil, trabalhar todos concordando para resolvê-la e, neste intuito, promover a Campanha de "Um Seminarista para cada mil habitantes".

Para isto:

- 1º — Promovam os Religiosos uma campanha de vocações para a própria Ordem ou Congregação com vistas largas e confiança na Divina Providência.
- 2º — Organizem nas Províncias a "Obra das Vocações Religiosas".
- 3º — Carinho especial pelas casas de formação. Nada lhes falte materialmente. Tenham pessoal escolhido e suficiente.
- 4º — É preciso também que os Religiosos, clero do Papa, ajudem a formar o clero secular:
 - a) nas Prelazias a eles confiadas;
 - b) aceitando a direção dos Seminários dos Bispos que não têm clero;
 - c) recrutando vocações também para o clero secular nas Paróquias a eles confiadas;
 - d) organizando e incrementando em suas Paróquias, Colégios e Escolas a "Obra das Vocações Sacerdotais" para o clero secular.
- 5º — Considerando também a escassez de vocações femininas, os Religiosos procurem também se interessar efetivamente por elas. Muito ganharemos com isto.

III — O QUE PODERÃO FAZER AS RELIGIOSAS NO CAMPO VOCACIONAL

A) Colaboração nos Colégios

As religiosas poderão concorrer para esta gloriosa campanha, primeiramente procurando mais e melhores vocações para o próprio Instituto. Aumentando as religiosas, aumentam as obras que são sementeiras de vocações: Escolas, Ginásios, Orfanatos, Hospitais, etc.. Nos Estados Unidos o grande número de seminaristas é atribuído, em grande parte, às numerosíssimas Escolas Paroquiais de Irmãs. Além disto, aumentando as Religiosas, cresce o número das famílias que enviarão seus filhos para o Seminário. Está provado que os melhores seminaristas provêm de famílias das quais saíram filhas para as Congregação femininas.

Naturalmente para terem mais candidatas, é preciso ter vistas longas voltadas para o bem da Igreja e a salvação das almas e confiança ilimitada na Divina Providência.

B) Aumento do número de candidatas

Construam-se grandes Aspirantados onde se recebam, a fim de serem bem formadas, candidatas no maior número possível. Sejam os Aspirantados boas casas, bem construídas onde nada falte para crescerem sadias, no corpo e no espírito, as aspirantes. Tenham as Superiores carinho especial por estas casas. Sejam a pupila de seus olhos, atendidas por pessoal escolhido e suficiente. No recrutamento deve-se evitar o racismo, que é anticristão. Não é cristão rejeitar uma ótima candidata só porque não é de raça branca, ou não é de puro sangue. A Igreja não deve ser racista. É preciso, porém, ser coerente. É incoerência não ser racista em teoria, mas o ser na prática.

O recrutamento sendo só de "granfinas", faltarão as candidatas para a cozinha, a lavanderia e outros serviços humildes, para a Congregação e os Seminários, como está acontecendo em algumas Congregações cujo critério de escolha das candidatas não está de acordo com o ambiente brasileiro, em que, graças a Deus, não há preconceitos de raça. Nisto somos muito cristãos, invejados por outras Nações em que começa a haver a reação contra o racismo, tão anticristão e tão contrário às correntes modernas de igualdade de raças. Somos todos filhos do mesmo Pai, irmãos de Jesus Cristo.

Para as Casas de Formação não faltarão os meios de subsistência, se houver confiança na Divina Providência. Deus que não deixa faltar os meios para as outras obras, não desampará esta que tanta glória lhe traz. Evite-se o luxo, tão chocante ao espírito cristão e aos tempos autais, e se empreguem as entradas das obras bem remuneradas, nas casas de formação. Ganhará o espírito do Instituto, não faltarão as bênçãos de Deus.

C) Sugestões concretas

É preciso que as Religiosas tomem parte direta e ativa na "Campanha de um Seminarista para cada 1.000 habitantes", ajudando os Bispos e os Religiosos a formar sacerdotes para a Igreja.

1) — Dirigindo para o Seminário e Casas de Formação de Religiosos, os meninos e moços, irmãos, parentes, conhecidos das Irmãs, Noviças e Aspirantes. As Irmãs são 32.000. Quem nos dera, que cada uma procurasse na própria família, por ano, uma vocação para o sacerdócio! Serão os melhores candidatos porque filhos das melhores famílias. Já pensaram no mérito de cada Irmã, ter o seu sacerdote? E' preciso rezar pelo próprio candidato.

2) — Organizando em suas Casas (Escolas, Colégios, Hospitais, Asilos) a "Obra das Vocações Sacerdotais", segundo a determinação dos Bispos na própria Diocese, para rezar, trabalhar pelas vocações, santificar as famílias, augurar meios e recrutar candidatos para os Seminários. Porque não fazem pelas vocações o que fazem pelas Missões? Sem padres não há Missões. Desaparecem tôdas as Obras da Igreja.

3) — Ajudando os Bispos e Religiosos a manter os Seminários, cuidando da cozinha, da lavanderia, da sala de costura, etc..

4) — Tomando conta do Seminário preparatório nas Prelazias e nas Dioceses, se os Bispos o pedirem. Ou, ao menos, ajudando nas aulas dos pré-Seminários ou Seminários menores.

5) — Encarregando-se do recrutamento das Vocações nas Dioceses, se os Bispos o pedirem, como fazem as "Auxiliares das Vocações" em São Paulo.

6) — Fazendo de suas Escolas de meninos e dos Hospitais viveiros de vocações, como nos Estados Unidos, onde o grande número de candidatos aos Seminários provém justamente destas Obras. Para isto, organizar e incrementar os coróinhas, a Cruzada Eucarística de Meninos, etc...

7) — Celebrando com festas, orações, coletas e outras iniciativas, o "Mês das Vocações" (maio) e o "Dia Nacional das Vocações Sacerdotais" (último domingo de maio).

CONFLITOS TRABALHISTAS DE RELIGIOSOS COM SEUS EMPREGADOS

Pe. Bernardino Leers OFM

I — ASPECTOS MORAL-PSICOLÓGICOS

Nos tempos atuais, sempre de novo, surgem dificuldades e conflitos entre religiosos e seus empregados, no tocante à legislação social, formulada principalmente na Consolidação das Leis do Trabalho. A casuística é assaz ampla: questões de salário, de férias remuneradas, de institutos etc.. Embora haja muito religioso que observe estas leis do melhor modo possível, resta ainda bastante "material bélico", em que as causas do conflito social parecem estar mais do lado dos religiosos. Sem dúvida, toda esta situação tem seu aspecto jurídico legal. Mas, visto a importância do papel dos religiosos na formação da ordem social cristã, vale a pena também considerar o lado moral-psicológico do problema. A moral objetiva se ocupa sempre do dever em consciência. Mas para a boa educação moral do homem, convém analisar igualmente os fatores negativos, muitas vezes latentes, que influenciam desfavoravelmente as atitudes morais a serem tomadas na situação concreta de religioso-empregador diante de seus empregados leigos.

II — CONSCIÊNCIA E LEI TRABALHISTA

Antes de tudo, convém constatar o fato de que as leis da Consolidação, em grande parte, não são nada mais do que a aplicação de princípios morais de origem cristã na situação concreta do mundo brasileiro. Arraigado, como está, globalmente, numa ética social de caráter sadio e equilibrado, o direito do trabalho repercute na consciência cristã, como dever e obrigação moral, e não pode ser reduzido àquela assaz estranha categoria de "leges mere civiles" ou "mere poenales". Sem querer entrar no mérito desta disputa, convém lembrar aqui a conclusão, à qual chegou o Dr. Egbert Prangenberg OFM em seu livro "Sozialrecht in den Vereinigten Staaten Brasiliens", Paderborn, 1953, 299: "apesar das imperfeições que existem ainda no direito social brasileiro, descobrimos nele a nítida orientação da ideologia cristã, as normas da "Rerum Novarum" e "Quadragesimo Anno".

Graças a esta orientação é que a nossa legislação social, em geral, se presta

para — em terminologia moderna — santificar os indivíduos, encarnar a Cristo, remir o mundo, irradiar o espírito evangélico, qualidades essas que os moralistas costumam forjar na fórmula tradicional: "obligat sub gravi in conscientia". Que certos detalhes do direito social vigente são discutíveis ou mais ainda, não diminui isso o valor nem a gravidade deste dever moral; constitui, porém, constante estímulo para a consciência cristã a fim de no mesmo direito eliminar o que não serve, melhorar o que é imperfeito e corrigir o que ainda não corresponda plenamente às exigências da doutrina social da Igreja.

Mas a obrigação moral não se limita evidentemente aos casos previstos na lei civil. Há toda uma série de obrigações, de grande importância na moral cristã, que não se encontram na legislação do estado, pelo simples fato de que não são objeto formal do seu poder. Reta intenção, sinceridade, humildade, fé, espírito de perdão, são apenas uns exemplos. Mas, no caso do nosso direito social, a questão se torna mais complicada, porque o legislador civil exclui da aplicação integral dos seus preceitos certas categorias de pessoas, como são os empregados domésticos e trabalhadores rurais, embora tenha para com eles os mesmos poderes que exerce para com todos os que de fato são os sujeitos de direito da sua Consolidação. Claro é, que a posição destas categorias, excluídas pelo legislador civil, fica regulada assim mesmo, no fóro da consciência, segundo os princípios da justiça e caridade cristãs, concretizados nas encíclicas sociais dos últimos Papas. Aqui vale mesmo: "cessat lex, non cessat obligatio". Pode faltar a lei civil, não falta a obrigação da consciência cristã.

Também onde o poder civil não exige a aplicação de suas leis, o cristão há de continuar sua atividade benfazeja a fim de cristianizar o mundo do trabalho. O fato de não se cair dentro dos termos da lei civil, não justifica qualquer modo de tratar seus empregados ou funcionários. Na ordem das relações humanas de trabalho, os deveres de consciência ultrapassam, em largura e profundidade, as imposições do direito civil. A irradiação da doutrina social da Igreja é universal; abrange sem distinção todas as classes e categorias de pessoas e é independente da extensão da lei civil. Os direitos justos dos empregados ao seu salário, proteção física e moral, descanso, férias, previdência social, constituem deveres morais para o empregador, mesmo se o direito positivo do estado não dedique uma palavra sequer a tais aspectos da vida dos trabalhadores.

O que vale para o simples cidadão, vale também, e até mais, para os religiosos. É claro que este "mais", este valor adicional, não se deixa medir pela régua do farisaísmo nem captar dentro das distinções teológicas e morais, tradicionalmente conhecidas. Mas esta diferenciação qualificativa começa a manifestar-se, se consideramos o valor do religioso, sua pessoa, altura, poder, posição e influência na comunidade humana e no Corpo Místico de Cristo, que é a Igreja. Esta aproximação social-teológica pode revelar, o que aqui significa: nobreza obriga. Não se trata, então, somente do aspecto negativo: o religioso dará mais escândalo, se transgredir a lei; mas dum possibilidade positiva e construtiva: sua pessoa pode e deve irradiar mais o espírito evangélico no meio dos homens que o cercam; sua atuação pode e deve difundir mais a doutrina de Cristo na sociedade em que vive. De fato, a sensibilidade moral do povo não espera outra coisa senão esta ética do exemplo.

III — A PRESENÇA DO PECADO

Ainda assim, não parece supérfluo focalizar um pouco mais este lado do problema. Muitas vezes, ouvem-se queixas a respeito do tratamento que leigos receberam de religiosos na prestação de serviços. Seria, sem dúvida, ingênuo acreditar em tudo o que "o povo" fala. Há muito exagero, há muita fantasia, há até malevolência. Mas, nem todos os atritos se reduzem a estas conseqüências remotas do pecado paradisíaco. Em matéria de duração do trabalho, estabilidade de serviço, segurança e proteção da pessoa do empregado, salário, há inegavelmente casos de verdadeira injustiça, que tanto mais impressionam, quanto mais alta é a estima popular.

Numa assembléia das superiores provinciais (Revista da Conferência dos Religiosos, 5 (1959,545) uma relatora observou: "Que diríamos das Leis do Trabalho, que são muitas vezes lesadas até gravemente, pecando-se contra a justiça, quando a remuneração dos que trabalham em nossas casas é muito aquém da justa, e mesmo do mínimo prescrito pela lei trabalhista?... Devido à injusta remuneração, já se têm encontrado verdadeiros absurdos, para não dizer pecados que clamam ao céu, produzindo grave escândalo no meio dos fiéis". Esses "casos", porém, não se limitam aos institutos de religiosas, nem somente a questões de salário. Há joio entre o trigo em todo o campo social, onde religiosos e empregados leigos se encontram.

Não é de admirar que haja realmente tais conflitos. A batina ou o hábito não fazem o santo. Somos todos filhos de Adão, o pecador. A natureza humana é assim. Frases, afinal de contas, que já não inquietam mais tanto, porque se desvalorizaram pelo seu uso constante. Por isso, não será sem utilidade o analisar mais de perto as atitudes negativas que, às vezes, vêm à tona nas relações de religiosos para com seus empregados e operários. Pois parece que, nestes comportamentos errados e lamentáveis, não apenas estejam cooperando fatores comuns a todos os mortais, mas até entre certas influências, que provêm das especiais condições de vida em que os religiosos se encontram, e que lhes desfavorecem a observância da justiça social no meio moderno do trabalho.

IV — A IGNORÂNCIA

Em primeiro lugar, entra aqui a falta de instrução e, por isso, falta de conhecimentos práticos a respeito das leis do trabalho. A formação dos religiosos não inclui geralmente um curso sobre a legislação social vigente no país. Aprende-se, certamente, alguma coisa pela prática. Mas, as experiências feitas são, muitas vezes, de caráter desagradável e tendem a colocar todo o valor positivo da lei na sombra de amolação, exigências demasiadas, processos perdidos, indenizações pesadas. Tais encontros com a justiça do trabalho não constituem precisamente o caminho mais plano para a justa apreciação do direito social, nem ajudam a perceber seu legítimo fundo moral.

Mesmo o fato de ter passado pelo curso de teologia, não dá ainda garantia completa. Pois os tratados de justiça que se encontram nos manuais em uso nos

seminários, geralmente, não se adaptam bem à situação concreta do ramo de trabalho, às suas exigências hodiernas, aos seus problemas e conflitos. Limitam-se a generalidades e raramente chegam a entrar pormenorizadamente nos assuntos de que trata o direito social e civil, e a explicar o valor moral dos principais itens desta legislação. O sentido do salário mínimo, direito a descanso, férias, remuneração de horas suplementares, redução justa do salário, o valor moral da previdência social etc., são problemas mais atuais e importantes do que muita lei do direito civil em coisas que o professor descobriu por meio de Jone ou Ferreres. O homem de hoje há de formar propriedade privada pelo seu trabalho e tem menos possibilidade de ocupar animais e aumentar seus bens por acessão ou encontrar tesouros, do que o romano no tempo de Cícero e Justiniano. Que, ademais, numa iniciativa feliz, a Conferência dos Religiosos esteja organizando cursos sobre direito do trabalho e doutrina social da Igreja, mostra isso que está surgindo já uma tomada de consciência realista no atinente à legislação social, em vigor no país.

Mas não é só a ignorância que, às vezes, condiciona as relações de religiosos com seus empregados. Aliás, a ignorância humana já não é um fenômeno tão simples. Na ordem lógica pode-se definir a ignorância como ausência ou falta de conhecimentos necessários. Conseqüentemente, o remédio eficaz seria instrução: encher a cabeça, até ficar saturada de conhecimentos. Mas a pessoa humana não é uma espécie de máquina mais evoluída que encha o tanque de combustível e, automaticamente, o motor vá funcionar com perfeição. Pois, na condição humana, saber-mais não é ainda: viver-melhor! O conhecimento intelectual não garante a santidade. Às vezes, pode ser até contraproducente, se as malhas se tornam mais interessantes do que a rede. O ideal socrático não resiste à experiência de cada dia.

Além disto, na ordem psíquica, o fenômeno da ignorância é coisa bem mais complicada do que sua definição. Na pessoa humana esta está entrelaçada intimamente com outros sentimentos, experiências feitas, apreciações, atitudes de viver, conscientes ou inconscientes, que todos juntos formam uma só unidade, como os fios num gobelino, em que também o vácuo da ignorância ocupa seu devido lugar. Ignorância, no seu dinamismo psíquico, inclui certos fatores, os quais obstaculizam o desejo de aprender e dificultam a aplicação dos conhecimentos recebidos na vida prática.

Na relação de religioso-empregado, estão em jôgo, em redor da ignorância, certos fatores que deformam uma aproximação realista entre o religioso e o empregado e que perturbam, como preconceitos arraigados na vida pessoal ou na vida do grupo, a visão objetiva do problema verdadeiro e seus meios de solução. É claro que aqui se trata de subtilidades que inspiram reserva e prudência nas afirmações, mas, por isso, não se deixam ainda banir estôicamente para o reino da fantasia.

V — O ESPÍRITO BURGUES

Um tal obstáculo forma, às vezes, o espírito e a atmosfera do ambiente em que o religioso vive e se move, como um peixe na água e um pássaro no ar.

Já o simples fato de que o religioso praticamente nunca se encontra na posição concreta e real dum simples operário ou empregado, mas que depara com o direito social só enquanto desempenha o papel de empregador, tem aqui sua influência. Pois, numa relação social, é útil estar uma vez do outro lado, para experimentar e viver em si mesmo os problemas e conflitos do outro enquanto fôr possível. Na sociedade de hoje, os religiosos pertencem, mais ou menos, na estimação comum, — *exceptis exceptandis* — à classe média dos cidadãos abastados, dos possuidores, dos empregadores. Nos ambientes do operariado urbano, muitas vezes, são identificados com a classe dos capitalistas, dos ricos. Sem fundamento algum na realidade? Não convém acusar os comunistas, antes de analisar objetivamente o fato das propriedades dos religiosos.

Também para com os empregados manifesta-se o espírito burguês. Trabalho imundo é para o empregado fazer. A atitude dêste na convivência é a modéstia humilde do inferior, do subordinado. O superior manda o empregado, mas pede seu súbdito.

O voto da pobreza, com tôdas as suas conseqüências jurídicas e práticas, não altera muito esta apreciação social, sobretudo porque, na linguagem popular, pobreza está ligada a penúria, fome, miséria, habitação insuficiente, condições de vida que o religioso-médio não conhece e que nem constituem o objeto do seu voto. Por isso, um simples operário não entende tão bem, por que os religiosos, com nome de tal pobreza, procurem obter privilégios econômicos, preços mais baratos, isenção d'isto e daquilo. Também o modo de falar do religioso, suas maneiras, modos de ver, exigências de higiene, alimentação, roupas, conforto, e classificam, pelo menos, no nível social e cultural da burguesia. Há neste ponto, de fato muita variação entre os diferentes grupos de vida religiosa e, até, entre os participantes dum mesmo grupo, mas parece que, como impressão geral, esta constatação tenha seu valor confirmado. Até os argumentos típicos dos empregadores: o empregado de hoje não trabalha, gasta seu dinheiro à-toa, o instituto não paga, a lei sempre favorece os empregados, não posso pagar mais, aceito-os por caridade etc., usam-se também a torto e a direito no mundo dos religiosos. E o que dizer daquela estranha ambigüidade moral, que combina a caridade para com os pobres com a injustiça para com os próprios empregados?

Assim não é de estranhar, visto o momento histórico em que vivemos, que institutos religiosos possam manifestar um modo de viver, que se assemelha ao conhecido espírito burguês, tão contrário ao que reina nas camadas inferiores das cidades e zonas rurais. Este espírito de segurança, de conforto, de bem-estar, de sossêgo, de tudo-vem-na-hora, de não-falta-nada, não favorece boa disposição para compreender a classe operária e a mentalidade dos empregados com suas preocupações cotidianas, desejos frustrados, limitações e problemas pessoais e familiares. Especialmente num país, onde grandes camadas da população levam uma vida infra-humana, insegura, sem defesa e sem garantia contra as adversidades da natureza e da ordem social, um tal espírito cria distâncias indesejáveis e talvez chegue a colorir facilmente até as obras de caridade com algo de paternalismo, de superioridade, no fundo farisaico, de Senhores e Senhoras que, benignamente, dão presentes aos pobrezinhos e coitadinhos.

VI — FORA DO MUNDO

Misturando-se com este espírito burguês, vem um grupo de fenômenos, que se sintetizam em redor da vida-fora-do-mundo dos religiosos, embora o termo nada tenha a ver com o sentido evangélico do mesmo. Seu estilo de vida se distancia muito das experiências vividas de seus empregados no "mundo". Pois, na vida religiosa, com sua divisão de tarefas, muitos há que não conhecem bem o valor do dinheiro, nem têm idéias de preços e despesas, porque nunca precisam lutar pelo pão cotidiano ou procurar emprêgo, fazer compras ou melhorar sua condição financeira particular. Se o religioso tem queixas a respeito da comida, fala com seu superior, mas não vai procurar um emprêgo mais rendoso. Se quer comprar uma coisa dispendiosa, pede licença, mais dinheiro, ao seu superior, e não sai em busca dum biscate qualquer, para conseguir o dinheiro necessário. Horário de oito horas de serviço, não conhece. Se trabalha mais, não pensa em remuneração de horas suplementares, conforme a Consolidação, art. 59. Um feriado nacional não muda seu ritmo de trabalho, fora dos colégios. Férias remuneradas podem ser uma idéia aliciadora para religiosos, mas são desconhecidas no seu ambiente. Neste ponto a situação dos religiosos se assemelha um pouco à dos pequenos proprietários no comércio e indústria que, conforme a lei trabalhista, devem conceder aos seus empregados "favores" de que eles mesmos não gozam, e que, às vezes, nem permitir se podem.

Na vida conventual não há oportunidade de o religioso viver tais realidades como: a mulher está doente em casa e as crianças "soltas", o homem está desempregado ou não tem jeito de arranjar casa para nós etc.. Também no convento pode haver doente, mas isso não costuma marcar tanto a atmosfera da casa. Além disso, embora o religioso confesse a pobreza, geralmente tem à sua disposição os melhores médicos e o melhor tratamento, sem precisar recorrer a um instituto ou obra de beneficência, com o risco de não ser atendido. Mais importante, porém, é o seguinte: o que compreende ele de problemas de educação ou questões matrimoniais? visto que o voto da castidade colocou a vida de casado e familiar à margem da existência do religioso. Mesmo se a castidade foi bem integrada, é difícil entender as complicações humanas duma forma de vida que não se conhece por experiência vivida. E são complicações que entram no comportamento de muito empregado e influenciam na atitude e no trabalho deste.

Arranjar casa ou serviço, é para o superior resolver. Se o religioso não trabalha, encontra ainda o almôço e o jantar posto na mesa, todos os dias. O trabalho dele, geralmente, não inclui preocupações para com sua existência material. Sua vida mais se desenrola na esfera da caridade, porque realiza, muitas vezes, obras de caridade e vive da caridade dos fiéis. Mas, quem depende da caridade dos outros, é levado facilmente, por simples projeção, a supor que os outros também trabalham por caridade e, assim, está menos disposto a reconhecer uma relação social de pura justiça comutativa. Igualmente os esforços e dificuldades de angariar esmolas para construções tendem, na condição humana, ao "pão-durismo" para com empregados e funcionários.

Na espiritualidade do religioso a Providência divina e a recompensa celestial assumem especial importância, enquanto o empregado pensa em dinheiro e instituto. É bem significativo, como, há pouco tempo, o então secretário geral da C.R.B. protestou contra aqueles que insistiram na obrigação de os religiosos entrarem no instituto da previdência social do Estado. Mostrou-se, mais uma vez, como a mentalidade dos religiosos se afasta da mentalidade do operariado moderno. Onde o cristão-religioso fala de Providência divina, numa visão teológica, que procura imediatamente a causa primária, invoca o cristão-operário a causa secundária: "graças a Deus, o instituto paga!". Não fica muito claro, porque, em teoria, êsses dois mundos da Providência divina e da previdência social se separam e porque não se pode considerar a última uma encarnação imperfeita, pois humana, da primeira. Mas a diferenciação existe e há de redundar na relação do religioso-sem-instituto para com o empregado-com-carreira-e-instituto.

VII — RESSENTIMENTO E COMPENSAÇÃO

O religioso é homem e nada do homem lhe é estranho. Deficiências, que se observam na sociedade humana, não param diante da porta dos conventos. É um fato que, para muitos, a entrada na vida religiosa significa mudança para um nível superior, sob o aspecto cultural e econômico. Enquanto em casa se virava cada tostão, era duro o trabalho, poucos os recursos, limitada a instrução, no convento o desprendimento das coisas do mundo inclui, muitas vezes, menos preocupações materiais, melhor formação, mais cultura. A projeção social do indivíduo no seio de sua família era restrita, mas o hábito, como expressão da classe, proporciona-lhe uma apreciação social mais distinta, que lhe abre até as portas da alta sociedade. Em tais circunstâncias, o religioso vai mostrar, às vezes, um certo afastamento, desprezo para com o ambiente original e manifestar uma atitude que lembra a mentalidade do "nouveau-riche", do "porvenu", do "arrivé". Não se sente mais em casa como entre o grupo social de que saiu, nem reconhece mais os seus irmãos de origem, mas facilmente se deixa aliciar por tudo o que é conforto e luxo e por tudo o que é classe de proprietários, de ricos, de pessoas importantes, de chefes na sociedade. A crônica procura de dinheiro, que parece quase inerente à vida eclesiástica, ajuda ainda mais a tornar o religioso uma presa dos capitalistas... nem sempre, é certo, mas facilmente aos olhos do povo operário isso se afigura.

Neste conjunto convém transcrever uma palavra dura, mas não tão injusta, de Gustavo Corção (Ordem, 1957, 115; World Crisis and the Catholic, London, 1958, 206 ss) "O mundo não entende, por que é que os religiosos dirigentes de colégios pensam, um pouco ingenuamente demais, que os filhos de pais importantes são merecedores de especiais atenções, e que êsses pais importantes constituem o que chamam "as melhores famílias". O mundo não entende por que é que as freiras, que vivem com tanta simplicidade e fizeram votos tão severos, ficam alvoroçadas se marcam lugar especial na capela para uns vadios que pretendiam ser herdeiros de uma imaginária coroa. Nós costumamos dizer, com fundamento na observação dos fatos, que não é a mulher

encantadora o maior perigo para a alma de um padre. É antes a presença de um senador da república ou de um ministro de estado". Este estado de coisas se torna mais compreensível ainda, se é relacionado a esta sensibilidade da classe inferior da época burguesa, de procurar as atenções da classe superior, mesmo se fôr deitando seus mantos aos pés dos grandes dêste mundo. O espírito do cristão é o espírito da liberdade dos filhos de Deus, que não vive dentro dos critérios mundanos, nem conhece a tática de pisar baixo e lisonjear para cima. Mas que tais deformações dificultam o bom entendimento social para com os empregados, é evidente.

VIII — CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na vida social o homem terá de enfrentar sempre dificuldades em compreender o outro, porque espontaneamente, projeta sua própria pessoa e seu modo de pensar e viver no próximo. É realmente difícil sair de si mesmo e desprender-se da sua própria formação e história para encontrar o outro no lugar, onde êle está, e adaptar-se ao modo de ver que lhe é próprio. Quanto maior é a distância que separa o campo vivido do religioso do campo do empregado, tanto mais difícil é o mútuo entendimento e tanto mais propício a conflitos torna-se o contato. Tal situação se agrava ainda pela tendência conservadora, que é própria a muitas instituições religiosas. A lentidão com que os religiosos, geralmente, se adaptam às mudanças sociais opõe-se à rapidez que marca o desenvolvimento do mundo do trabalho e a transformação das relações humanas neste campo.

Esta exposição pode criar um mal-entendido, se alguém perder de vista sua finalidade, que era: analisar empiricamente as fontes humanas dos conflitos de religiosos com seus empregados e operários, no terreno da lei trabalhista. Por isso, esclareceram-se muitas sombras da vida religiosa concreta, sem serem enquadradas na luz dos muitos valores positivos que os religiosos realizam na sociedade brasileira de hoje. Mas, mesmo as sombras servem para iluminar melhor a elevada tarefa dos religiosos de santificar ativamente o mundo do trabalho, compenetrando-o pelos raios do evangelho vivido, que é o exemplo dêles perante o próximo. Se o Evangelho se concretiza na vida dos religiosos por meio de constituições, regras e ordenações, por que o mesmo processo, igualmente de modo humano, não se realiza para com os empregados, por meio das leis sociais?

ASPECTOS SÓCIO-RELIGIOSOS E SOCIOGRÁFICOS DO BRASIL

Pe. Tiago G. Cloin C.Ss.R.

(Continuação do n.º 74, pág. 480)

IV — ADMINISTRAÇÃO DOS SACRAMENTOS

A vida sacramental encontra grandes dificuldades não só no que se refere às capelas, mas também no todo da paróquia.

A) Já o Batismo acarreta problemas ao ministro eclesiástico. Ainda que toda a população atribua grande valor a este sacramento, geralmente passam vários meses até que a criança seja apresentada ao Batismo. Com os moradores da paróquia "matriz" isto acontece geralmente por ignorância da urgência expressa no Direito Canônico; de outro lado, com habitantes das regiões onde se encontram capelas, a principal razão é a grande distância que os separa de seu vigário. Considerando que a mortalidade infantil é ainda muito grande, especialmente na zona rural onde os cuidados médicos são insuficientes, quase inexistentes, muitas crianças morrem sem batismo. Ordinariamente, os paroquianos das capelas são obrigados a esperar a chegada do vigário para batizar seus filhos, às vezes durante meses, outras, mesmo um ano ou mais. As crianças a batizar são então tão numerosas (frequentemente várias dezenas e, em certos casos, este número se eleva até 100) que a cerimônia do Batismo constitui um verdadeiro problema, visto que a liturgia não prevê para tais circunstâncias uma cerimônia abreviada. O vigário é então obrigado a consagrar a isto uma parte, se não o total, do precioso tempo previsto para as confissões.

A situação é evidentemente muito menos complexa nas cidades. Mas aí também, os problemas não faltam, porque as pessoas escolhem, de preferência, determinadas igrejas e sobretudo determinados dias (domingos e feriados) para a cerimônia do batismo. Num dia de Natal, em uma paróquia de São Paulo, administrada por religiosos, mais de 500 batismos foram conferidos, o que significa um dia de trabalho para seis padres.

B) Quanto ao Matrimônio, a pastoreação tem de encarar dificuldades ainda maiores. A cerimônia do casamento representa uma pesada cruz para o vigário brasileiro. Preencher um formulário de casamento não é fácil por várias razões. A população é muito instável (cfr. I-4) e, por isso, muitas informações e documentos tais como a certidão de batismo, a certidão de "status

liber", devem ser pedidos a outras paróquias. O correio funciona muito lentamente. A organização dos arquivos eclesiásticos é imperfeita; um grande número de paróquias são vacantes; os candidatos ao casamento muitas vezes são analfabetos e nem sempre são sinceros em suas declarações. Tudo isso dá lugar a situações muito complicadas.

O dia preferido é o sábado à tarde (quase ninguém pede missa de casamento) para que não se perca tempo de trabalho e, conseqüentemente, não sofra cortes o salário. Por esta razão também os casamentos se fazem em massa. Na igreja paroquial de São Paulo que citamos acima, numa tarde de São Silvestre, mais de 50 casamentos foram abençoados e, como cada casal desejasse uma cerimônia individual, a bênção dos mesmos prendeu seis padres, em altares diferentes, durante várias horas.

Freqüentemente, por falta de tempo, deve-se renunciar à confissão preparatória para o casamento, ainda que os recém-casados nunca se tenham confessado. Isso acontece quase sempre nas regiões das capelas. É inútil dizer que as confissões habituais do sábado à tarde são muito prejudicadas por todos êsses casamentos.

Além disso, diante da falta de padres, é impossível ao clero dar uma formação suficiente aos seus paroquianos e formar suas consciências de tal forma que êstes sintam a necessidade da bênção de seu casamento.

O concubinato se multiplica por causa da dificuldade de encontrar um padre, da extrema ignorância e, muitas vezes, da falta de religiosidade. Nas regiões onde a boa vontade é ainda viva, por ocasião das pregações de missões, os missionários conseguem, às vezes, numa paróquia, legalizar centenas de casamentos. Mesmo numa cidade como o Rio de Janeiro, por ocasião da missão geral de 1954, êsses casamentos atingiram o número de 6.075. Entretanto, nas regiões onde o indiferentismo está mais enraizado, como por exemplo nas regiões costeiras do Estado do Rio de Janeiro, o casamento na Igreja perdeu tanto o seu valor que, um dia, um missionário que conferia o batismo a mais de cem crianças, podia contar nos dedos aquelas que eram legítimas.

C) Mais do que qualquer outro Sacramento, sofreu a Confissão as conseqüências da falta de padres. É evidente que um vigário da zona rural, geralmente sem coadjutor, responsável por 17.000 católicos em média, dispersos através de um território de 1.370 km², nunca poderá dar aos católicos a oportunidade de confessar-se mais ou menos regularmente. Se se calcular que os 2/3 dos paroquianos (isto é, 11.600) deveria confessar-se e, se o vigário quisesse para isso atendê-los de três em três meses, será obrigado a ouvir 46.400 confissões por ano, ou seja uma média de 127 por dia. Isso significaria que, durante o ano, êste encargo absorveria quase metade de seu tempo.

Na realidade, entretanto, a situação é ainda muito mais crítica. Não são senão um pequeno número de "devotos" os que se confessam durante a semana. A massa escolhe a tarde do sábado e a manhã do domingo. Assim, se o vigário quisesse atender à confissão de todos os seus paroquianos cada três meses, durante estas vinte e quatro horas, deveria ocupar-se de 875 penitentes. Mesmo que quisesse dar ocasião aos seus paroquianos de confessar-se uma vez por ano, deveria atender, cada fim de semana, 215 de seus paroquianos. Deve-se

entender bem que, neste caso, se trataria exclusivamente de confissões com um ano de intervalo. Qual seria o vigário que poderia atingir o total de 11.600 confissões durante o tempo pascal ainda que este dure da Septuagésima até à festa de São Pedro e São Paulo, como é o caso do Brasil? Temos a impressão de que somente poucos padres chegam a ouvir de confissão 50 pessoas cada fim de semana, sem considerar a confissão de pequenos grupos de devotos. Conclui-se, então, que, praticamente, os paroquianos têm a oportunidade de se confessar apenas cada 3 ou 4 anos.

Não somente do lado do vigário mas, também, é claro, do lado dos paroquianos, existem grandes dificuldades, freqüentemente insuperáveis. A maioria dos habitantes da zona rural mora a tal distância da "matriz" e as comunicações são tão primitivas que, para eles, paroquianos das capelas, as poucas horas da passagem de seu vigário representam o momento mais favorável. Estas horas, entretanto, já fizemos notar, são geralmente tomadas pela missa, pela pregação, pelos batismos, pelos casamentos. Conclui-se, então, que estes paroquianos "em bloco" estão em permanente impossibilidade de preencher seu dever de confissão. Esta observação se justifica ainda mais quando se trata de paróquias vacantes. Para a maioria destes habitantes então, a ocasião de se confessar se limita aos períodos de missões que só são pregados de 10 em 10 anos e mesmo mais raramente. Neste caso, pedem-se mesmo sacrifícios muitas vezes heróicos da parte dos paroquianos das capelas. Tudo isto conduz a uma situação paradoxal: por um lado, não se confessam mais ou muito raramente porque falta a ocasião; por outro, a confissão se tornou tão estranha aos católicos que estes não aproveitam nem mesmo da ocasião bem limitada que lhes é oferecida. Em geral o conjunto da população não vence este afastamento senão por uma emoção religiosa intensa que se manifesta particularmente por ocasião dos exercícios paralitúrgicos que representam a esse respeito um papel importante. Apenas as missões populares ou exercícios e solenidades deste gênero, (adaptadas à psicologia da população) conseguem desencadear um "movimento" de massa para as confissões. Neste momento, entretanto, a afluência ao confissionário toma tamanho vulto que mesmo o confessor mais heróico se sente esmagado. Uma absolvição coletiva seria a única solução humana em tais circunstâncias.

Exemplo típico dum movimento de massa para a confissão é o que abre a semana do jubileu anual do "Bom Jesus" em Congonhas, pequena cidade do Estado de Minas, mas um dos lugares mais freqüentados de peregrinação nacional. A população afluí de todos os lados, especialmente das paróquias rurais onde as ocasiões de confissão são muito raras. Este jubileu para o qual se supõe uma participação de 150.000 a 200.000 peregrinos aproximadamente, cada ano, a maioria durante 1 ou 2 dias, é praticamente uma missão de grande estilo, cujos exercícios se realizam ao ar livre. Um grande número de confessores são requisitados para esta semana de maneira que, à tarde, das 16 às 22 horas, mais ou menos 20 padres ficam à disposição dos peregrinos.

Então, as confissões de primeiros comungantes adultos (75% de homens e moços), de penitentes cuja última confissão foi feita há 10 anos e mesmo mais, se contam aos milhares. Cada ano, por ocasião desta semana, mais ou

menos 18.000 pessoas se confessam, e o número de confissões de devoção é mínimo. Para se imaginar quanta paciência e perseverança isto exige da parte dos confessores no Brasil, é preciso lembrar não somente que as confissões se fazem em longos intervalos e que, conseqüentemente, as consciências são muito confusas e que ainda o conjunto dos penitentes, especialmente aqueles que vêm confessar-se pela primeira vez, (crianças e adultos) devem ser instruídos nas principais verdades da fé antes mesmo que a confissão possa começar. Cabe ao confessor tomar a iniciativa para a declaração dos pecados porque a maioria das pessoas não são capazes de examinar sua consciência pois o exame abrange vários anos. Depois deve-se insistir sobre a contrição e o bom propósito. Em resumo, o confessor deve, enfim, dar diretivas e indicar os meios de melhorar sua vida. É preciso ter nervos de aço e ser de uma paciência heróica para suportar isto durante horas junto de penitentes, na maioria, analfabetos.

Também não se deve admirar se todos os padres não possuem estas duas qualidades; o que, inevitavelmente, limita ainda as possibilidades de se confessar.

A conclusão que se pode tirar desta estimativa é que, de um lado, considerando as raras ocasiões de se confessar, a população brasileira se vê privada, de maneira trágica, da confissão e que, de outro, o clero não pode absolutamente pensar numa pastoreação individual.

D) A Comunhão sofrerá inevitavelmente as conseqüências funestas desta situação. Não é, pois, necessário estendermo-nos sobre o número de comunhões. Embora não existam abundantes dados estatísticos sobre o número de comunhões, os que estão à nossa disposição permitem, apesar de tudo, dar uma impressão geral. A arquidiocese do Rio de Janeiro (GB) com 6 sufragâneas contava, em 1950, com 271 paróquias com uma média de 20.700 católicos, dos quais 14.000 aproximadamente na idade de comungar (cf. a V- apêndice I). Das 248 que comunicaram o número de comunhões registradas no mesmo ano há 106 (isto é - mais de 43%) cujo número não ultrapassa os 14.000. Entre estas figuram as 51 paróquias vacantes nas quais, algumas vêzes, o número de comunhões não ultrapassa algumas centenas e, em outros casos, a algumas dezenas somente se eleva mesmo. Qual é o número dos que não cumprem o dever pascal nas outras 55 paróquias administradas por um vigário? Pode-se adivinhar a resposta, se se considerar que a maioria das comunhões provém de um pequeno número de devotos que se encontram em toda parte e que comungam freqüentemente. Nestas paróquias igualmente, o número dos que não fazem a páscoa será facilmente o múltiplo dos que cumprem o dever pascal.

Considerando que a freqüência das comunhões, por sua natureza, é correlativa à freqüência das confissões, é possível tirar conclusões gerais da recepção do sacramento da Eucaristia no Brasil, segundo a situação do sacramento da Penitência.

E) Agora algumas palavras sobre a Extrema-unção completarão o apanhado geral relativo à administração dos sacramentos. Exclui-se evidentemente, de antemão, a possibilidade de que um vigário (por si só), que tem a responsabilidade de 17.400 almas dispersas num território de 1.370 km², possa exercer, de maneira normal, seu apostolado junto aos doentes e moribundos. Diante das grandes distâncias e da deficiência dos meios de comunicação (entre

outras, a inexistência de telefones) é freqüentemente difícil e até mesmo impossível prevenir o vigário. Aliás, este está prêso a outros encargos e não pode ser encontrado em consequência de suas mudanças e viagens através do território da paróquia. Além disso, mesmo que tenha sido advertido a tempo, ele chegará muito tarde por causa das grandes distâncias. Dadas estas circunstâncias, o número daqueles que morrem sem os últimos sacramentos é extremamente elevado, ainda que o clero brasileiro seja conhecido pelo seu zelo na administração deste sacramento. Nas cidades, onde as distâncias não constituem impedimento e, sobretudo onde os religiosos podem prestar grandes serviços, a situação poderia ser muito melhor, se não fôsse o número elevado de indiferentes que não desejam a presença do padre.

Os dados estatísticas da Província do Rio de Janeiro-GB confirmam esta impressão. Nas 249 paróquias que comunicaram o número dos últimos sacramentos administrados, o total se elevava em 1950 a 13.617, o que significa 54,7 por paróquia (numa média de 14.000 pessoas em idade de comungar). Para a própria cidade do Rio de Janeiro este número é um pouco mais elevado — isto é, de 59. É fácil supor que estes 54,7 não representam senão 20 a 30% do número de católicos adultos (9 anos e mais) que morrem cada ano, de maneira que, mais ou menos, 70 a 80% de católicos morrem sem os últimos sacramentos. Nas regiões das capelas e paróquias vacantes o número atinge mesmo quase 100%.

V — A PASTOREAÇÃO NAS PARÓQUIAS SEM PASTOR

Nas paróquias vacantes, entretanto, a situação da pastoreação é a mais desoladora. Seu número se elevava em 1953 a 457, o que representava 14,7% do total das paróquias (3.110). Com relação a isto, a situação é ainda pior no norte e nordeste do que no Sul. Em 21 dioceses nas quais mais de 25% de paróquias são vacantes, 13 estão situadas ao norte e nordeste; e em 14 dioceses que não têm nenhuma paróquia vacante, 8 se encontram nos 3 estados mais meridionais. Aliás, não é o número das paróquias vacantes mas principalmente o de católicos destas mesmas com relação ao total de diocesanos, e depois a sua extensão que constitui a determinante no que concerne à indigência das almas de uma diocese. A diocese de Mariana, no Estado de Minas, que conta com quase um milhão de católicos, compreende em 142 paróquias 21 vacantes, ou seja 15%, mas o número de seus paroquianos não representa senão 5,25% da totalidade dos diocesanos. Nesta diocese, a superfície média das paróquias não passa de 310 km² e o número médio dos católicos que dependem das paróquias vacantes se eleva apenas a 2.500. Segue-se que, se o vigário vizinho de uma paróquia sem padre e que tem a responsabilidade de 7.092 católicos (número médio de uma paróquia de Mariana) num território de 310 km², assegura a pastoreação de uma paróquia sem vigário e mais a sua, ele se encontra, apesar de tudo, numa situação melhor que o vigário médio do Brasil que, assim como já dissemos várias vezes, tem a responsabilidade de 17.400 católicos dispersos através de um território de 1.370 km². A situação de uma diocese como a de Amargosa pelo contrário, no Estado da Bahia, é inteiramente

diferente. Esta diocese conta com 802.341 católicos e 29 paróquias 13 das quais são vacantes. Os paroquianos destas últimas, representam 45,5% do total dos diocesanos. Nesta diocese, o número médio de católicos por paróquia é de 27.667 (para as paróquias sem vigário, 29.178) e a superfície média sobe a 7.066 km². É claro que, nestas circunstâncias, nenhuma das paróquias sem pastor poderia ser colocada sob a responsabilidade de um vigário vizinho. No quadro que se segue, poder-se-ão encontrar dioceses cujas paróquias sem padre têm a maior percentagem de diocesanos.

QUADRO 30

Dioceses cujas Paróquias sem Padres têm a maior percentagem de Diocesanos

Diocese	Estado	Número de católicos	Número	Superfície	Católicos	Percentagem de Diocesanos
Petrolina	PE	160.000	7 sobre 13	desconhec.	10.962	47,9
Caxias do Norte	MA	364.000	9 " 18	5.611	19.026	47,04
Amargosa	BA	802.341	19 " 29	7.066	29.178	45,5
Caeteté	BA	430.762	9 " 23	2.874	17.080	39,0
Bonfim	BA	350.000	8 " 23	4.391	16.375	37,43
Pesqueira	PE	543.579	6 " 22	1.576	28.831	32,0
Barra	BA	486.436	9 " 20	9.500	15.700	30,28
Teresina	PI	388.006	4 " 14	3.800	26.432	29,7

Os bispos fazem tudo o que podem para transferir os vigários de pequenas paróquias para outras maiores que se tornaram vacantes. Todavia, o fato que se pode constatar em Amargosa, Bonfim e Pesqueira, onde paróquias sem vigário têm número médio de católicos mais elevado que o das paróquias providas, mostra que a êste respeito não se chegou a uma solução. Na diocese de Amargosa, pode-se citar um vigário que, além da sua paróquia, teve que tomar conta de mais 3 sem padre, das quais uma conta 36.341 católicos e outra, 91.482. Todas as 8 dioceses mencionadas no quadro 30, estão situadas no norte e no nordeste e são tipicamente dioceses de interior onde os padres mostram uma tendência análoga à da população, isto é, de mudar do interior para o litoral e do Norte para o Sul. Estas dioceses têm, na maior parte, paróquias cuja superfície e número de católicos são excepcionalmente grandes, mesmo para o Brasil, e dispõem de poucos religiosos padres (possuem juntas 162 paróquias das quais 9 somente são administradas por religiosos) e, por outro lado, quase não contam com religiosas. Assim, dado que todos os fatores de influência negativa na pastoraçãõ se encontram reunidos em uma mesma diocese, a miséria espiritual é indescritível.

APÊNDICES

I — Vida sacramental na província eclesiástica do Rio de Janeiro-GB.

Apenas a arquidiocese do Rio de Janeiro e suas sufragâneas nos fornecem, no ano de 1950, dados estatísticos mais pormenorizados sobre a vida sacramental. Ainda que esta estatística mostre muitas insuficiências e lacunas, a impressão geral que se tira corresponde bem nitidamente à realidade.

a) *A província eclesiástica do Rio de Janeiro em geral.*

A província eclesiástica do Rio de Janeiro com a arquidiocese do Rio e as sufragâneas de Niterói, Barra do Piraí, Campos, Valença, Petrópolis e Esp. Santo, corresponde, com exceção do Rio de Janeiro ao território dos Estados da Guanabara, Rio de Janeiro e Esp. Santo, com uma superfície total de 83.521 km². e uma população de 5.610.340 habitantes. Isto em 1950. Na mesma época, estas dioceses contavam no conjunto com 271 paróquias com uma média de 308 km². de superfície e de 20.700 católicos.

Tal superfície representa apenas 30% da média das paróquias brasileiras; o número médio de católicos, porém, em compensação, sobe a 125%. Nas 271 paróquias destas dioceses, 27 registraram em 1950 mais de 1.000 batizados. Dentre elas houve 4 que registraram mais de 2.000, 2 mais de 3.000 e 1 mais de 4.000; pelo contrário, somente 3 das mesmas registraram mais de 100.000 comunhões. Sobre as 248 paróquias que forneceram o número de suas comunhões, 14 somente (das quais 9 da cidade do Rio de Janeiro) registraram mais de 100.000 comunhões e, entre cujo número estão incluídas 3 catedrais e 8 são administradas por religiosos.

Em 106 paróquias (43%) no número das quais se encontram 51 sem pastor, o número de comunhões era inferior ao das pessoas em idade de comungar (14.000).

b) *A Diocese de Espírito Santo*

A vida sacramental nesta diocese se mostra extremamente fraca. Em 1950, a diocese contava com 43 paróquias com uma média de 1.040 km². e de 20.000 católicos. O número das comunhões registradas nestas paróquias pode ser apresentado da seguinte maneira:

1	paróquia com	120.000 comunhões (catedr.)
1	" "	50 a 60.000 "
1	" "	40 a 50.000 "
7	" "	30 a 40.000 "
5	" "	20 a 30.000 "
6	" "	10 a 20.000 "
4	" "	7 a 10.000 "
2	" "	5 a 7.000 "
4	" "	3 a 5.000 "
4	" "	1 a 3.000 "
4	" "	500 a 1.000 "
4	" "	0 a 500 "

O número extremamente baixo de comunhões para estas últimas paróquias encontra sua explicação no fato de que, em 1950, estavam sem pastor. Não se conhece o número exato delas; em 1947, 11 eram vacantes e em 1953, 7.

Nestas dioceses que têm paróquias que contam aproximadamente uma média de 13.000 pessoas na idade de comungar, 24 delas sobre 43 no total registravam menos de 13.000 comunhões. Já fizemos notar (cfr. IV 3) que muito poucos religiosos e religiosas desempenham uma atividade no Estado do Espírito Santo, onde o território corresponde ao da diocese. A estatística dada acima faz notar com clareza a indigência das almas em certas regiões do Brasil.

c) A cidade do Rio de Janeiro

A cidade do Rio de Janeiro, que tem praticamente os mesmos limites que o Est. da Guanabara, forma ao mesmo tempo a arquidiocese do Rio de Janeiro. O quadro 31 mostra o aumento do pessoal eclesiástico.

Em 1950, a ex-capital Federal contava com 108 paróquias, das quais 6 não tinham vigário, com uma média por cada de 24.000 católicos. 71 paróquias comunicaram o número de seus católicos nesta data:

1 com	60.000	10 com	15 a 20.000
2 com	50 a 60.000	12 com	10 a 15.000
5 com	40 a 50.000	8 com	8 a 10.000
8 com	30 a 40.000	1 com	6 a 8.000
9 com	25 a 30.000	2 com	5 a 6.000
12 com	20 a 25.000	1 com	800

Quanto às 63 paróquias que em 1950 comunicaram o número de seus católicos e o número das comunhões em média por pessoa na idade de comungar, era de 29 no máximo e 0,27 no mínimo.

As seis paróquias cuja média de comunhões por pessoa em idade de comungar era mais elevada (mais de 12) ilustram no quadro 32 a vida sacramental. As paróquias cuja média de comunhões era a mais baixa por comungante (abaixo de 1) compõem o quadro 33.

A maior parte destas últimas paróquias são de fundação recente. Têm sobretudo população proletária e se acham nos subúrbios da cidade onde o espiritismo se encontra muito espalhado. Isto explica, em grande parte, o número extremamente baixo de comunhões. Entretanto, a impressão geral que se pode colher da cidade do Rio de Janeiro é melhor que a da de Espírito Santo.

QUADRO 31

Crescimento do pessoal Eclesiástico na Arquidiocese do Rio de Janeiro

Ano	Habitantes	n.º de paróquias	Padres			Paróquias			Seminár. Menor.	Seminár. Maior	Em Roma
			diocesanos	regulares	total	diocesanos	regulares	vacantes			
1942	1.864.000	69	180	281	461	46	23	0	107	—	—
1947	2.176.000	105	223	283	506	64	33	8	122	26	5
1950	2.377.000	108	207	308	515	62	40	6	—	28	6
1955	2.750.000	114	240	314	554	62	45	7	148	41	6

QUADRO 32

	Número de católicos	Batismos	Casamentos	Extrema-Unção	Comunhões	Média de comunhões por Comungante.
1)	800	184	284	—	15.430	29
2)	16.000	886	356	320	175.142	16,5
3)	5.000	391	483	49	50.700	15
4)	10.000	1.271	209	325	92.000	13,3
5)	40.000	933	138	193	334.861	12,5
6)	8.000	522	72	75	65.000	12,2

QUADRO 33

	Data de Fundação	Número de católicos	Batismos	Casamentos	Extrema Unção	Comunhões	Média de Comunhões por comungante
1)	1945	60.000	243	74	96	8.900	0,27
2)	1944	30.000	818	77	23	8.500	0,42
3)	1676	25.000	173	59	13	7.487	0,45
4)	1945	30.000	615	20	38	10.500	0,52
5)	1945	30.000	138	32	29	12.720	0,63
6)	1920	40.000	713	106	55	17.000	0,63
7)	1947	12.000	298	31	40	6.200	0,79
8)	1920	35.000	395	48	65	20.563	0,87
9)	1941	35.000	728	46	36	21.000	0,90
10)	1945	80.000	327	90	58	22.900	0,99

II — Situação de uma paróquia operária da cidade de São Paulo

Em 1952, na paróquia de "Cristo Rei" da cidade de S. Paulo, foi feito um inquérito sobre a situação religiosa, realizada segundo métodos modernos e sob a direção do Padre Holz, SVD, professor de Teologia no Seminário do Verbo Divino.

A paróquia, fundada em 1937, quando tinha apenas 9.000 católicos, contava em 1952 com 22.000 habitantes, dos quais 90% católicos. É uma paróquia tipicamente operária e mesmo proletária cuja vida paroquial, por falta de um apostolado organizado em profundidade, se limita praticamente à celebração da missa, à administração dos sacramentos e aos movimentos religiosos. Desde a sua fundação é administrada por um vigário e dois coadjutores SVD. No decorrer do inquérito chegou-se a conseguir de 13.869 pessoas, isto é, de 70% dos paroquianos, as informações desejadas.

Os paroquianos foram divididos em 4 categorias:

QUADRO 34

		Percentagem		
		Conformistas	Observantes	Devotos
1) Ricos	(38) == 0,4%	38,0	35,6	9,3
2) Classe média	(2966) == 21,5%	43,0	38,0	7,4
3) Proletariado	(9983) == 71,8%	54,0	29,0	7,0
4) Sub-proletariado	(822) == 6,3%	54,0	30,0	3,0
	Total	53,0	31,2	6,8

- 1) Os ricos que podem levar uma vida de luxo — 38 — ou 0,4%
 2) A classe média, sem luxo mas com conforto — 2.966 ou 21,5%
 3) O proletariado que vive sem conforto mas sem miséria, 9.983 ou 71,8%.
 4) O sub-proletariado que vive na miséria — 882 ou 6,3%.

Os resultados finais do inquérito que apresentamos no quadro 35 se referem principalmente a 3 aspectos: (1)

a) ao número de “conformistas” com que a paróquia conta, isto é, aqueles que se prendem à Igreja Católica apenas no que diz respeito às práticas elementares do batismo, da primeira comunhão e do casamento na igreja;

b) ao número dos “observantes”, isto é, aqueles que observam o mínimo das práticas religiosas exigidas pela Igreja: missa dominical, confissão e comunhão pascal;

c) ao número dos “devotos”, isto é, aqueles que ultrapassam as exigências mínimas por seus exercícios de devoção, retiros e adesão aos movimentos ou grupos religiosos ou a outras práticas.

QUADRO 35

	Conformistas			Observantes		Devotos		
	Batismos	1. ^a Comu- nhão	Casa- mentos	Missa dominical	Preceito pascal	Retiros	Movimen- tos religio- sos	Práticas várias
1) Ricos	94%	76	86	41	50	17	—	11
2) Classe média	98%	90	95	41	51	6,3	4	12
3) Proletário	95%	84	91	31	42	9	4	8
4) Sub-Proletariado	95%	79	90	31	36	2,4	2,2	4
	96%	85	92	36	43	8	4,2	3

1 Cfr: N. Boer “Introdução à sociologia religiosa” São Paulo — 1955 — pág. 201-232. Adotamos estas cifras que não são sempre isentas de erro e por isso lhes juntamos, às vezes, pontos de interrogação.

QUADRO 36

		Conformistas			Observantes		Devotos		
		Batismos	1. ^a Comunhão	Casamentos	Missa dominical	Preceito pascal	Retiros	Movimentos religiosos	Práticas várias
Homens	6.760	95	83	92	23	34	7,4	2,3	4,3
Mulheres	7.109	97	87	92	49	52	9,7	6,0	11,0

A percentagem pormenorizada é indicada no quadro 35. Como em todo o mundo, as mulheres praticam mais que os homens, enquanto o número de conformistas não difere muito em ambos os sexos (quadro 36).

Êstes resultados não podem ser considerados desfavoráveis, se os comparamos aos de pesquisas análogas feitas em paróquias de grandes cidades de países católicos europeus. É preciso, entretanto, evitar fazer um julgamento muito otimista e ter presente que, no Brasil, a prática religiosa se faz, muito freqüentemente, com uma extrema ignorância religiosa e principalmente com um sincretismo religioso (práticas supersticiosas, espiritismo etc...).

Mais de 100 famílias se declaram espíritas nias, de fato, encontrar-se-ia facilmente o múltiplo desse número entre aquelas que, não se tendo declarado como tais, sofrem, apesar disso, mais ou menos a influência do espiritismo.

(Continuará no próximo número)

AS ASSOCIAÇÕES DE PAIS E MESTRES, BALUARTE DAS LIBERDADES DEMOCRATICAS

Irmão João de Deus, F.M.S.

Ater-nos-emos, nesta exposição, a três itens:

A — *Pressupostos;*

B — *Desenvolvimento da matéria;*

C — *Conclusões.*

A — PRESSUPOSTOS:

- 1) A liberdade tem seu assento mais legítimo no seio da família;
- 2) Esta, por sua vez, manterá essa liberdade, através da educação que proporcionará à prole;
- 3) São reconhecidos à família o direito e o dever de educar a prole;
- 4) Urge que tais direitos sejam aceitos, amparados e defendidos pelo Estado;
- 5) As Associações de Pais e Mestres, juridicamente estabelecidas, podem e devem constituir sólido órgão de manutenção, defesa e progresso da família.

B — DESENVOLVIMENTO DA MATÉRIA:

1) — *Considerações gerais:*

Na economia divina, um dos atributos mais sagrados da espécie humana é o da liberdade.

Por isso, esta mesma liberdade é um dos princípios básicos de que se ocupa o Direito Natural e, com êle, orna tôdas as conseqüências que lhe são decorrentes. E uma delas, certamente, é a vigência da liberdade democrática, alicerçada nas relações dos homens entre si e deles com o Estado, na participação de deveres e na variedade de funções, nos elementos estruturais da sociedade, com maturidade política, para organizar a Cidade.

Ora, é por nós aceite e defendido que a base celular desta sociedade é a família, sendo esta, portanto, o primeiro elemento a poder aplicar-se, teórica e praticamente, o direito de dirigir os seus próprios destinos.

2) — *Fundamentos da prioridade da educação da família:*

Sucedê que nada mais importante para a família, do que educar os filhos nos princípios que ela adota para seu próprio govêrno.

Esta faculdade é um direito inalienável, anterior a qualquer direito da sociedade civil, e inviolável, porquanto provém da natureza, segundo determinou o Criador.

Por outro lado, se entrarmos no campo do direito positivo, especialmente o internacional, encontramos a ONU proclamando na Declaração Universal dos Direitos do Homem, a 10 de dezembro de 1948, art. 26, § 3.º: *Os pais têm com prioridade, o direito de escolher o gênero de educação a dar a seus filhos.*

Esta declaração ficou completada pela dos Direitos da Criança, de responsabilidade da mesma ONU, a 20 de novembro de 1959.

Pelo nosso direito constitucional, é só lembrar os artigos 166 e 167 da Constituição Federal que assim rezam:

A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola. Deve inspirar-se nos princípios da liberdade e nos ideais de solidariedade humana, (artigo 166);

O ensino dos diferentes graus será ministrado pelos poderes públicos e é livre à iniciativa particular, respeitadas as leis que o regulem, (artigo 167).

Estabelece, por seu lado, o nosso Código Civil: *Compete aos pais, quanto à pessoa dos filhos menores:*

I — *Dirigir-lhes a criação e a educação (artigo 384);*

E tal texto fica completado pelo do Código Penal:

Deixar, sem justa causa, de prover à instrução primária de filho em idade escolar:

Pena: Detenção de 15 dias a um mês, ou multa de duzentos cruzeiros a quinhentos, (artigo 246).

Para os católicos, e somos a imensa maioria, haveria ainda o preceituado em diversos dispositivos do Direito Canônico, ressaltando os cânones 1113, 1131, 1132, 1335, 1372 e 2319.

Dêstes, apenas transcreveremos os dois mais capitais:

A procriação e a educação da prole são o fim primário do matrimônio (cân. 1013 § 1.º).

Têm os pais gravíssima obrigação de procurar com todo o empenho a educação de seus filhos, tanto a religiosa e moral, como a física e civil, e de prover igualmente ao seu bem temporal, (cân. 1113).

Para qualquer espírito despido de preconceitos, e sinceramente à procura de uma solução adequada ao problema, haverá de concordar que esta fundamentação não pertence a uma escola, a um partido, a uma igreja. Ela foi elaborada por mentalidades as mais díspares e pelos mais variados credos políticos, religiosos e culturais, podendo-se acrescentar ainda: e provindos das mais diversas nacionalidades.

3) — *Fatores atuantes na educação:*

Na liberdade de educar a prole, a família escolherá a escola que melhor lhe atender às legítimas preferências de vez que ela, só por si, não poderá desincumbir-se de tão pesada tarefa.

Ao assim proceder, não abdica, entretanto, a família, de seu direito de educar, porquanto além do mais, este direito é "inalienável". Ela apenas delega

parte dêsse direito à escola. Continuará ela a primeira educadora da prole. Torna-se assim a escola, um dos elementos atuantes, nas finalidades a serem atingidas e nos meios a serem empregados.

Muitas queixas deixariam de ser ouvidas, se família e escola melhor se tivessem entendido, na educação dos filhos para uns e de alunos para outros.

Não era sem experiência de fatos vividos que Pio XII pôde observar: "Por que motivo tantos esforços dos professôres e tantos anos de constantes esforços dêem, por vêzes, tão poucos resultados se não porque a família, por sua carência educativa, seus erros pedagógicos, seus maus exemplos, destrói dia por dia o que o professor se esforça penosamente por construir?" (Alocução aos Dirigentes da União Católica Italiana do Ensino Secundário, 5.1.54).

Acresce ainda que há um terceiro fator, na educação da criança ou do jovem, e que geralmente lhe é adversa: a sociedade.

Habitam um mundo corrompido de que participam, que freqüentam, que contemplam. E, bem o sabemos, o meio envolvente não lhes é favorável nem quanto à disciplina, nem quanto à moralidade, nem quanto ao ideal que os deve empolgar.

E, entretanto, temos de nos esforçar para que êsse mesmo ambiente se lhes torne favorável, ou pelo menos, não tão deletério. Tarefa esta difícilíssima e complexa, que só se tornará possível com o entrosamento de pais e professôres; quando nada, pelo menos, se conseguiria resolver determinados problemas.

4) — Educação sistemática e educação assistemática:

Para nos inteirmos da gravidade da situação, transcreveremos alguns tópicos de uma tese do Profr. José Hermógenes de Andrade, apresentada ao I Congresso de Professôres de ensino médio oficial do Estado da Guanabara e que bem traduzem a triste realidade em que nos encontramos:

"Por duas formas a educação se realiza: *sistemáticamente*, na instituição especializada — a escola; e *assistemáticamente*, pelo todo social. A educação escolar é formal, enquanto que a ação contínua e difusa da sociedade educa informalmente. Se tôda modificação da personalidade é educação, todo contato humano é educativo, tôda leitura, todo programa de rádio ou televisão, tôda sessão de cinema constituem verdadeiras aulas. Se é verdade que a escola é uma sociedade, não o é menos que a sociedade é uma vasta e eficiente escola.

Qual das duas é a educação mais eficaz? Qual tem maior poder? Qual é a que mais atua?

Quantitativamente, a educação assistemática está para a da escola como um trator para um velocípede. É fácil provar. Apenas alguns seres humanos gozam do privilégio de ir à escola, durante apenas alguns anos de sua existência; em cada ano, apenas durante alguns meses; em cada mês, apenas durante alguns dias; em cada dia, apenas algumas horas. A atuação do meio social se processa sobre todos os indivíduos, durante tôda a sua vida, a cada hora, a cada minuto, em tôda parte. Quem é que está mesmo educando as massas? A escola? !...

Qualitativamente, a comparação é ainda mais desanimadora. A escola é um tênue sôpro que não se impõe ao furação dos agentes formadores da opinião

pública, dos divertimentos, dos contatos sociais. Quem poderá comparar o poder do giz e quadro negro com a magia do cinemascópio? Até que ponto a orientação educacional pode anular os efeitos dos filmes porno-cinematográficos? Quem mais absorve o tempo da menina em crise pubertária: o compêndio de matemática ou a foto-novela erótica? Quem poderia acrescentar algo de novo ao que os educadores aqui presentes conhecem relativamente ao poder quase obsessante da televisão? Quem está em verdade criando valores e atitudes? O livro didático? As palavras do educador? Ou seria o jornal sensacionalista? Onde se aprende mais profundamente: na sala de aula ou na sala de projeção? (Revista da Conferência dos Religiosos do Brasil, n. 66, pág. 736).

5) — Associação de Pais e Mestres

E esta sociedade não será a constituída pelas próprias famílias desses educandos? Não serão elas mesmas que se queixam desse estado de coisas?

Como sanar, então, esta dolorosa situação? Ou nem sequer nisto devemos pensar, contentando-nos de uma atitude meramente desaprovadora mas inoperante? Assim não julgamos, pois através das Associações de Pais e Mestres, devidamente organizadas e dinamizadas, algo podemos obter.

Por meio delas, estaria em nosso alcance, por exemplo:

- a) Educar a própria família que, em geral, é deficiente, por ela mesma ignorar sua grande missão ou para isso não ter sido preparada;
- b) Unir os esforços de pais e mestres, em prol de um melhor rendimento escolar do aluno tanto na instrução quanto na educação propriamente dita;
- c) Atuar na sociedade, direta e indiretamente, através de verdadeira moralização dos costumes, começando por preservar a dignidade da família, levando-se em conta, os seus deveres e os seus direitos.

Uma das graves deficiências, nos nossos esforços de educadores é que temos penado sozinho. Por isso, pôde dizer, não há muito tempo um dos corifeus do monopolismo escolar, o que vale afirmar, acérrimo inimigo da escola particular: *A família, a grande ausente.*

Infelizmente êle tinha razão: a família ausente no ter consciência de seus direitos; a família ausente no reivindicar seus direitos; a família ausente, na escolha de seus representantes aos diversos corpos legislativos, não lhes exigindo o respeito, a defesa, a proclamação desse direito.

Urge que a famílias se inteirem desta comprometedora omissão, se não quiserem ficar esbulhadas da sagrada liberdade de educarem seus filhos conforme o desejam.

Para isso, hão de unir-se, hão de permanecer coesas, hão de organizar-se.

As associações de Pais e Mestres estão aí para atender eficazmente a tão legítimos quão impreteríveis anseios.

6) As Associações de Pais e Mestres e as liberdades democráticas:

A democracia é o fruto da educação. E como a educação está nas mãos da família, é esta a garantidora das liberdades democráticas ou a sua ruína conforme fôr ou não fiel ao cumprimento desta missão.

Compete, pois, à família exigir que se lhe respeite essa liberdade de edu-

cação, para que, de fato, seus filhos sejam formados na coerência desses princípios.

Para se obter tal resultado, elas deverão conseguir, no mínimo:

- a) Representação adequada nos órgãos diretivos educacionais;
- b) Atribuição equitativa dos recursos financeiros do Erário;
- c) Reconhecimento dos títulos em todos os graus, com iguais direitos.

São exigências mínimas a concretizarem-se na evidência dos fatos para que se possa realmente dizer que há liberdade de ensino. Se assim tivesse sido, não teria dito Pio XII, com toda a razão: "De fato, a liberdade de ensino teoricamente admitida é, na prática, muito restringida, quando não guerreada. Na melhor hipótese é deixada numa situação de tolerância sempre que o Estado, em matéria de ensino, se considere detentor de um autêntico monopólio e avoca para si a totalidade dos recursos públicos destinados à educação" (I Congresso Internacional das Escolas Particulares).

Mas para que tais exigências sejam ouvidas, atendidas e respeitadas é indispensável que a família esteja presente, unida e decidida.

E ela será tudo isso, se realmente funcionarem orgânica e oportunamente as Associações de Pais e Mestres, em todos os nossos colégios.

Que tal seja possível, estão a não-lo dizer os democráticos países, como a Inglaterra, a Alemanha Ocidental, a Bélgica, a Holanda, para não citarmos antes, estados modernos, tais a Indonésia e Israel.

Dêste modo, não estaremos simplesmente a encher a boca com a palavra "democracia", mas, de fato, vivendo-a.

C — CONCLUSÕES:

Baseados nas reflexões precedentes, propomos:

- 1) A fundação de Associações de Pais e Mestres, nas diversas unidades escolares do ensino primário e médio, com a tripla finalidade:
 - a) Como fator educativo, aliado à escola;
 - b) Como fator educativo da própria família e, através desta, da sociedade;
 - c) Como órgão de defesa dos direitos da família.
- 2) A organização destas Associações de Pais e Mestres:
 - a) Em Federações Regionais, em consonância com as necessidades das divisões administrativas de cada país;
 - b) Em Confederação Nacional, reunindo estas Federações Regionais, num só bloco.

ENCONTRO DE EDUCAÇÃO FAMILIAR E DOMÉSTICA

Rio de Janeiro, 10-12 de Outubro de 1961

Programa

Dia 10 — PRESIDÊNCIA DAS MISSIONÁRIAS FRANCISCANAS DE MARIA

- 9 horas: — Abertura dos trabalhos, pelo Revmo. Pe. Tiago G. Cloin, Secretário Geral da CRB;
— Apresentação das Escolas representadas;
- 10 horas: — “Desenvolvimento da personalidade feminina através das Ciências Familiares e Domésticas”, pelo Revmo. Pe. Paulino Bressan;
- 14,30 h.: — “O ensino das Ciências Familiares e Domésticas nos seus diversos graus”, por A.M.C.G. Marsaud.
— Discussão em grupos.

Dia 11 — PRESIDÊNCIA DAS MISSIONÁRIAS DE JESUS CRUCIFICADO

- 9 horas: — Apresentação dos diversos movimentos que utilizam as formadas em Ciências Familiares e Domésticas: *Serviço Social Rural*, por M. Josephina Albano; *Serviços de Extensão*, por M. de Lourdes Palmer; *S.E.S.I. — S.E.S.C. — I.A.P.*, por Nair Cruz de Oliveira e Ivani Pacheco; *Paróquias e Cooperativas*, por Lygia Barcelos;
- 10,30 h.: — “Problema atual: o trabalho feminino, o valor da profissão”, por Irene Nunes de Sá;
- 15,00 h.: — “Uma nova profissão: as Educadoras Familiares” por Carmen Schultz;
— Discussão em grupos.

Dia 12 — PRESIDÊNCIA DAS FILHAS DO CORAÇÃO DE MARIA

- 9 horas: — “A necessidade da união para a defesa dos princípios cristãos nos diversos níveis do ensino das Ciências Familiares e Domésticas”, por Dom Cândido Padim;
— “O Ensino familiar e a Família”, por D.^a Roberta Macedo Soares;
— “Associação de Escolas de Ciências Familiares e Domésticas perante a lei”;
— Discussão.
- 14,30 h.: — Presidência do Revmo. Pe. Tiago G. Cloin C.SsR;
— “Os Estatutos da Associação de Escolas de C.F.D.”, por D.^a Maria Amália Aroso;
— Discussão em grupos dos diversos capítulos;
- 16,00 h.: — Votação dos Estatutos;
— Eleição da Diretoria Provisória;
— Encerramento, pelo Presidente.

DAR AOS PADRES ATUAIS MAIS POSSIBILIDADES DE ATINGIR O PÚBLICO

NAO PENSAR APENAS NOS PADRES FUTUROS. — O CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA: 4% DE NASCIMENTOS AO ANO. — A IGREJA SÉRIAMENTE PREOCUPADA COM A FORMAÇÃO DE SÓ 350 NOVOS SACERDOTES CADA ANO.

Segundo a estatística do Secretariado Nacional de Vocações Sacerdotais, publicada no caderno: "*UM SEMINARISTA CADA MIL HABITANTES*", há no Brasil atualmente nos 4 anos de teologia 1.388 teólogos, ou seja 492 do clero secular e 896 do clero regular. Isto dá uma média de 347 teólogos para cada ano.

Como as ordenações sacerdotais se realizam no final do 4.º ano de teologia, podemos calcular que há em média umas 350 ordenações sacerdotais por ano em todo o Brasil.

NESTA MARCHA: SÓ DAQUI A 150 ANOS

Somos atualmente mais de 65 milhões de brasileiros. Para tão grande população, são necessários 65.000 padres. E há apenas pouco mais de 10.000, dos quais muitos são doentes e de avançada idade. Faltam portanto 55.000.

Se continuar esta marcha de 350 novos sacerdotes cada ano, para se chegar a 55.000 que faltam, gastar-se-ão "*apenas*" 157 anos.

Daqui a uns 150 anos teremos então os 55.000 padres que ora faltam.

Isto naturalmente imaginando de modo impossível: que nenhum destes padres morra até lá, e supondo que a população brasileira pare "*milagrosamente*" nos seus 65 milhões de habitantes nestes 150 anos.

Acontece, porém, que os padres morrem, e acontece também que a população não pára de crescer, e de crescer rapidamente.

AUMENTO EM 10 ANOS: 13 MILHÕES DE HABITANTES

Segundo o livro oficial do recenseamento de 1950, publicado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), há no Brasil 4% de nascimentos ao ano, ou seja: 4 nascimentos para cada 100 habitantes, e 2% de mortes. Portanto, cada ano temos um acréscimo de 2% na população.

Assim, p. ex., se agora temos 65 milhões, daqui a 1 ano teremos 1.300.000 habitantes a mais; daqui a 10 anos: 13 milhões; em 100 anos: 130 milhões; daqui a 150 anos: 195 milhões a mais. Isto evidentemente em exposição simplificada, popular e fácil, para ficarmos em paralelo com o sistema de cálculo sem aumento feito com as ordenações sacerdotais anuais.

Portanto, isto sem levar em conta os acréscimos que temos a fazer, porque na medida que vai crescendo a população, teremos um necessário aumento a calcular, bem maior do que de 13 milhões para cada 10 anos. Em 50 anos tere-

mos a população duplicada: 130 milhões ou mais. E então o aumento de cada ano não será mais de 1.300.000, mas o dôbro: 2.600.000 ou mais.

INSIGNIFICANTE O NÚMERO ATUAL DE ORDENAÇÕES

Segundo os cálculos do IBGE, daqui a 150 anos o Brasil terá mais de 300 milhões de habitantes.

Assim, formando-se apenas 350 padres novos cada ano, os 65.000 padres que então tivermos em 150 anos, serão totalmente insuficientes para tão vasta população. É claramente diminuto o número de ordenações sacerdotais.

NECESSARIAS MAIS DE 3.000 ORDENAÇÕES SACERDOTAIS ANUAIS

Conseqüentemente é necessário para a sobrevivência e triunfo da religião católica no Brasil multiplicar por 10 o número de formações de novos padres cada ano.

Diante dêste gravíssimo problema religioso, está-se promovendo em todo o Brasil um movimento intenso de orações, sacrifícios e campanhas em prol das vocações sacerdotais e dos seminários, para que haja em futuro breve as desejadas mais de 3.000 ordenações anuais.

Julga-se isto possível, uma vez que nos Estados Unidos, com menos população católica, formam-se cada ano, mais de 2.000 sacerdotes.

E ATÉ LÁ ?...

Mas, até a Igreja no Brasil conseguir formar seus 3.000 ou mais sacerdotes cada ano, muita água correrá pelo Tietê abaixo, várias dezenas de anos desfilarão na folhinha da parede, muitas bossas novas de idéias geladas, perniciosas e hostis avassalarão a mente das grandes massas e das altas "society".

Como então solucionar o problema da cristianização das massas?

DAR AOS SACERDOTES MAIS POSSIBILIDADES

Não se pense apenas em multiplicar os sacerdotes, mas pense-se em *multiplicar a sua eficiência*. Isto quer dizer: não procurar apenas levar muitos candidatos ao seminário, mas dar aos sacerdotes *já ordenados* mais possibilidades de atingir o público.

Segundo as estatísticas, 90% da população brasileira é batizada, católica. Portanto, todos êles integrados na religião, responsáveis pela salvação eterna de suas almas imortais.

O PÚLPITO E A ESCOLA JÁ NÃO DOMINAM

No entanto, nem a metade do grande público católico brasileiro vai à missa dominical ou frequenta escolas católicas. Ou seja, nem a metade dos católicos brasileiros ouve a mensagem divina dos sacerdotes.

Segundo um levantamento feito, 48.000.000 de brasileiros católicos não vão à missa aos domingos. Só, aqui, na capital de São Paulo, de acôrdo com a estatística feita pela cúria arquidiocesana, mais de 3.500.000 paulistanos não

assistem à missa dominical, ou seja 90% da população.

Para atingir a grande massa, já não bastam os púlpitos e as cátedras. Já de há muito, passou o tempo em que o púlpito e a escola dominavam a opinião pública. Hoje, temos meios de domínio do pensamento muito mais eficientes: os jornais, as revistas, as emissoras, a televisão, o cinema, isto é: a imprensa escrita, falada e visual.

VOCÊ PENSA DE ACÓRDO COM A IMPRENSA

E esta imprensa escrita, falada e visual atinge em cheio todos os católicos. Esta imprensa guia os seus pensamentos. Esta imprensa é capaz de fazer os católicos se voltarem até contra os púlpitos e contra as escolas católicas. É o que aconteceu quando a Liga Eleitoral Católica, tempos atrás, vetou um candidato. A imprensa é o gigante avassalador das idéias.

O mundo, você, eu, todos, pensamos a respeito dos acontecimentos da época presente, sobre Cuba, sobre o Congo, sobre Brasília, sobre Angola, de acôrdo com o jornal que lemos, com o rádio que ouvimos, com a televisão e o cinema que vemos.

É ou não é verdade?

LEÃO XIII AOS BISPOS DO BRASIL

Ao apagar das luzes do século passado, aos 18 de setembro de 1899, o Papa Leão XIII, em carta apostólica aos bispos do Brasil, dizia: "*Em nossa época o povo forma idéias e regra a sua vida segundo o que vê aprendendo da leitura cotidiana dos jornais*".

E Pio XII acrescenta: "*A televisão, o rádio e o cinema de hoje têm poderoso influxo no modo de pensar e de agir dos indivíduos e das comunidades*" (Encíclica "Miranda Prorsus" de 1957).

FACILITAR E ENCORAJAR OS PADRES ATUAIS

Para a difusão do cristianismo em nossa pátria, faz-se necessário não só multiplicar os sacerdotes, porque, até termos o número suficiente ou o almejado, a população brasileira atingirá seus 300 milhões de habitantes. Faz-se mister multiplicar a eficiência apostólica dos sacerdotes *já ordenados*.

Não pensar somente nos sacerdotes futuros, mas pensar primeiro nos sacerdotes *presentes*. Não ser um sonhador futurista, mas um decidido realista. Dar aos padres *atuais* tôdas as facilidades para que possam desenvolver seu apostolado na televisão, no cinema, no rádio, no jornal. E estes sacerdotes, tanto como outros, e talvez *mais do que os outros* necessitam de um estímulo para sua atividade. Necessitam sentir que seu trabalho na televisão, no cinema, no rádio, no jornal, é um trabalho oficial, desejado, e não somente uma iniciativa particular, tolerada, quase à margem ou fora dos trabalhos comuns sacerdotais.

MAIS VALE O PRESENTE

Há mais de 100 anos que se vive falando: "*Vamos cuidar dos jovens*"

de hoje para termos os adultos de amanhã! A juventude é a esperança da pátria e da religião. A nossa esperança está no amanhã! Nossa esperança está nos pais futuros!" etc. etc.

E' o futuro!... Sempre o futuro!...

Por que não ficar com o presente? Por que não se preocupar mais com os adultos de hoje, que serão os germens dos homens de amanhã?

Por que cuidar apenas das plantinhas e não cuidar do clima benéfico e imprescindível em que estas jovens plantinhas vivem ou para onde serão transplantadas, isto é, a sociedades dos adultos?

E esta sociedade de adultos pensa, vive e age, como dizem os papas e todos os observadores mesmo míopes, de acôrdo com a imprensa escrita, falada e visual.

OS PAPAS CONCLAMAM O CLERO E AS ORDENS PARA O USO DA TELEVISÃO, DO RÁDIO, DA IMPRENSA E DO CINEMA

Lamentava o Papa Leão XIII na já citada carta aos Bispos do Brasil: *"E' realmente triste ver os bons negligenciarem armas que, manejadas pelos inimigos com enganador encanto, preparam a ruína deplorável da fé e dos costumes"*.

E Pio XII, sempre secundando seu grande antecessor, acrescenta: *"Convidamos por isto os homens católicos de cultura, de ciência e de arte, e em PRIMEIRO LUGAR, o clero e as Ordens e congregações Religiosas a procurarem dominar a nova técnica da televisão e prestar a sua colaboração, a fim de que a televisão possa aproveitar as riquezas espirituais do passado e as de todo o autêntico progresso"*.

E continua o Papa: *"O sacerdote deve conhecer os problemas que o cinema, o rádio e a televisão implantam nas almas."*

Conclui Pio XII: *"E' muito importante a ação apostólica do sacerdote através das técnicas de difusão modernas. O sacerdote deve saber servir-se delas"*. (Encíclica "Miranda Prorsus", de 1957).

HAVERÁ MAIS VOCAÇÕES

Um padre com meios de divulgação moderna do pensamento tem a força de um trator: puxa até um caminhão carregado do atoleiro.

E êstes sacerdotes apostólicos, com tais instrumentos muito mais penetrantes e modernos, atearão o cristianismo. E incendiando o Brasil de idéias cristãs, suscitarão muito mais vocações sacerdotais. As frutas não caem longe da árvore. Muitos frutos se esperam de uma sociedade cristianizada e vivedora de sua religião.

E assim, e só assim, se atingirá em menos de 150 anos o número desejado de 55.000 sacerdotes que faltam em nossa pátria.

F. Paulo Avelino de Assis OFM
São Paulo — Capital

CASOS PRÁTICOS SOBRE O DIREITO DAS RELIGIOSAS

Pe. Frei Rafael de União OFM Cap

CASO XVII — DEMISSÃO EM CASO DE ENFERMIDADE

Em certa Congregação aconteceu este caso doloroso: Irmã Eusébia, depois de ter feito muito bem o seu Noviciado, com plena lucidez de mente e impecável retidão de alma, emitiu a sua Profissão simples, prometendo a Deus observar por um triênio os seus votos de pobreza, obediência e castidade.

Com intenso fervor e boa vontade cumpria fielmente os seus deveres, aspirando consagrar-se no futuro totalmente a Deus pelos seus votos perpétuos.

Oito meses eram passados da sua profissão simples, quando inesperadamente a Irmã Eusébia ficou louca. Levaram-na a vários psiquiatras e todos infelizmente deram este desconfortante diagnóstico: a Irmã perdera completamente e de modo permanente o uso da razão.

A Madre Geral ficou aflita com este caso, até então inédito em sua Congregação. Reuniu imediatamente o seu Conselho, a fim de deliberar o que se deveria fazer da infeliz Irmã. Chegaram à seguinte resolução: "Não devemos demitir a Irmã Eusébia agora. Vamos interná-la numa Casa de Saúde, até que seja esgotado o triênio de seus votos simples. Se até esta data, e depois de lhe serem ministrados bons tratamentos e remédios adequados, não houver de fato esperança alguma de sua recuperação, com muito jeito e delicadeza entregá-la-emos à sua família, que aliás não é tão pobre".

Pergunta-se:

- 1. No caso de enfermidade, qual a doutrina da Igreja sobre a demissão de Religiosas que emitiram votos temporários?*
- 2. Foi justa a resolução da Madre Geral com o seu Conselho?*
- 3. Qual a condição jurídica da Irmã Eusébia ao ficar demente?*

1. NO CASO DE ENFERMIDADE, QUAL A DOCTRINA DA IGREJA SOBRE A DEMISSÃO DE RELIGIOSAS QUE EMITIRAM VOTOS TEMPORÁRIOS?

O cânon 637 estabelece que “o professo de votos temporários, terminado o tempo dos votos, pode livremente deixar a Religião; igualmente esta, por causas justas e razoáveis, pode excluí-lo da renovação dos votos temporários e da profissão perpétua, *mas não por motivo de doença*, não se provando com certeza que ela fôra dolosamente ocultada ou dissimulada antes da profissão”.

Tratando-se de enfermidade, os Superiores só poderão demitir um Religioso de votos temporários, esgotado o tempo dos mesmos, *se a doença foi dolosamente calada ou dissimulada*. Se o Religioso assim proceder: não de boa fé ou ignorância, mas, usando de sub-repção, ob-repção e ardil para enganar os Superiores, a ocultou *com* a finalidade e o propósito de ser admitido à profissão.

Não poderá, portanto, o candidato ser excluído da renovação dos votos e mesmo da profissão perpétua por causa de uma doença que sobrevicou depois da profissão simples ou que, se existia antes da profissão, não foi culpavelmente calada. Neste caso, não importa que o Superior tenha tomado conhecimento ou não da doença. Muito menos se poderá falar de demissão de um Religioso de votos temporários, quando êle mesmo sinceramente tiver manifestado ao seu Superior o estado de sua saúde.

O cânon 647 prescreve: “§ 1. — Pode despedir um religioso de votos temporários tanto nas Ordens como nas Congregações de direito pontifício o Supremo Moderador da Religião ou o Abade do mosteiro “*sui iuris*” com o consentimento do seu Conselho, manifestado por sufrágios secretos, ou, tratando-se de monjas, o Ordinário local, ou, se o mosteiro está sujeito a Regulares, depois de a Superiora com seu Conselho atestarem por escrito a veracidade dos fatos; nas Congregações de direito diocesano é o Ordinário do lugar onde está situada a casa religiosa o qual, todavia, não use dêste direito sem os Superiores o saberem ou se justamente discordarem” — “§ 2. — Todos êstes, onerada gravemente a sua consciência, só podem despedir o Religioso, observando-se o seguinte: 1.º As causas da despedida devem ser graves; 2.º Podem provir da parte da Religião ou do Religioso. A falta de espírito religioso... *não*, porém, a falta de saúde, não constando com certeza que foi dolosamente ocultada ou dissimulada antes da profissão...”.

Como se nota, o princípio do cânon 647 é o mesmo do cânon 637: uma doença que não foi ocultada maliciosamente antes da profissão não pode, por si, motivar a demissão de um Religioso.

2. FOI JUSTA A RESOLUÇÃO TOMADA PELA MADRE GERAL E O SEU CONSELHO?

Até o ano de 1925, alguns autores queriam afirmar que, sob as palavras “*infirmitas*” e “*infirmia valetudo*” (enfermidade), não se deveria compreender a loucura completa e perpétua. Queriam alguns autores afirmar que, tratando-se de tal loucura, o Religioso de votos temporários poderia ser desligado da Congregação e ser entregue aos seus familiares ou tutores. Baseavam-se no fato de que êstes cânones, 637 e 647, se referiam apenas a pessoas dotadas do uso da

razão, não podendo falar-se de renovação de votos para dementes.

Outros autores, apegando-se mais ao espírito da lei do que à sua letra, não aceitavam a opinião acima referida: 1) *pela equidade canônica*: uma mitigação do rigor da lei, imperada pela misericórdia. Não podemos deixar de afirmar que, segundo a intenção do legislador eclesiástico, toda lei pelo mesmo emanada seja consentânea com as exigências da equidade. Conseqüentemente, interpretando uma lei eclesiástica, deve-se ter em conta não só e exclusivamente o rigor da justiça, imposta pela forma escrita da lei, como também não se deve desprezar absolutamente a justa benignidade ou seja: a equidade canônica.

Referindo-nos à nossa questão: se, por outra enfermidade, não do osamente ocultada, se não deve repelir o Religioso, muito menos deverá ser demitido quem, por infelicidade, depois de sua profissão simples, tiver sido vítima da loucura que, por certo, é uma das piores enfermidades. Assim o exige a equidade canônica na interpretação dos cânones 637 e 647, § 2, n.º 2.

Concluimos, portanto, que a loucura completa e perpétua, por equidade jurídica, está incluída nas palavras "infirmas" e "infirmas valetudo" dos cânones referidos.

2) Pela segunda sentença militam algumas *Regras do Direito* ("Regulae iuris"): breves sentenças que propõem, seja normas de interpretar e explicar as leis, seja princípios de direito natural::

"*Afflictio afflicto non est addenda*": a quem está aflito não se acrescente mais outra aflição. "A quem está aflito...": ao Religioso vítima da loucura. "...não se acrescente mais outra aflição": desligá-lo da Congregação e entregá-lo talvez a quem dele não se interesse.

"*Odia restringi et favores convenit ampliari*": convém restringir, quanto possível, o que é odioso e ampliar o que é favorável. "Convém restringir o que é odioso...": incluir a loucura completa e perpétua nas palavras "infirmas" e "infirmas valetudo" e impedir a demissão do Religioso de votos temporários. "...ampliar o que é favorável": se os cânones 637 e 647 empregam indeterminadamente os termos "infirmas" e "infirmas valetudo": *enfermidade*, por que não incluir nestes termos a loucura completa e perpétua e ao Religioso, vítima de tão grande enfermidade, *conceder-lhe* o favor de ser amparado pela Congregação?

Finalmente, se o caso não foi contemplado expressamente pelo Código, não é para se admirar. Devemos pensar que o legislador do Código do Direito Canônico era humano e não poderia ter em vista *todos* os casos possíveis e imagináveis. As *lacunas* existentes no Código podem muito bem ser reparadas, como o próprio Código nos adverte, pela analogia jurídica, pela equidade canônica, pelas Regras do direito etc.

A questão, porém, foi resolvida pela Sagrada Congregação dos Religiosos, no dia 5 de fevereiro de 1925.

Consultaram a S. C. dos Religiosos, perguntando-lhe "se um Religioso professo de uma Ordem ou Congregação que durante o triênio de votos temporários ficasse louco, mesmo que fôsse incurável a juízo dos médicos, pode ser despedido, terminado o triênio, ou se deve permanecer na Religião".

A resposta foi: "negative ad primam partem", isto é, não pode ser demi-

tido; "affirmative ad secundum" ou seja: deve permanecer na Religião (AAS XVII (1925); 107).

Foi, portanto, *injusta a resolução* da Madre Geral e o seu Conselho.

3. QUAL A CONDIÇÃO JURÍDICA DA IRMÃ EUSÉBIA AO FICAR DEMENTE?

Sobre este ponto consultaram também a S. C. dos Religiosos: "Qual a condição jurídica de tal Religioso, que caiu na demência completa e perpétua, e neste caso a que está obrigada a Religião?". A condição do mencionado Religioso é a mesma de que gozava no momento de perder o uso da razão e a Religião tem para com o doente as mesmas obrigações que tinha antes de perder ele o uso da razão" (AAS XVII (1925), 107).

Esta declaração da S. C. dos Religiosos só se refere ao caso de demência completa e perpétua. Não atinge outras doenças, que tenham semelhança com a loucura, como a neurastenia, ou outros estados morbosos, embora graves, mas passageiros e que perturbam a razão somente em determinadas circunstâncias ou de quando em vez e que deixam ao religioso momentos de lucidez necessária para renovar os seus votos ou emitir a sua profissão perpétua.

A Religiosa demente, mesmo esgotado o tempo dos votos, continua a ser um membro da Religião. A sua condição jurídica é semelhante à do Religioso de votos temporários que foi chamado ao serviço militar, permanecendo membro da Religião, embora cessem os votos no tempo da milícia. Conserva a mesma condição jurídica de que gozava antes de perder o uso da razão. Tem os mesmos direitos enumerados no cânon 578 para os profesos de votos temporários. Quando às suas obrigações, são mínimas ou melhor: não as tem, em vista do seu estado. A Religião tem para com ele as mesmas obrigações, que tinha antes de cair neste lamentável estado.

A questão: se os votos, durante a demência ficam suspensos ou, esgotado o triênio, cessam — não está ainda resolvida. A sentença mais aceitável é que, esgotado o triênio, *não antes*, os votos cessem. É que, aliás, ao falar do triênio esgotado, dá a Resposta da S. C. dos Religiosos a entender como se os votos somente então cessassem e o tempo dos mesmos continuasse a correr. Se acontecer ficar bom, deverá logo renovar os seus votos ou fazer a profissão perpétua. — Se, porém, durante a demência, o tempo dos votos não corresse e os votos tivessem ficado suspensos, deveria o Religioso completar o triênio e depois fazer a profissão perpétua. — Quem saberá estabelecer o momento da plena demência, em que os votos ficaram suspensos e o momento em que cessou a demência?

Se o Religioso, passado já o triênio dos seus votos, tiver recuperado o uso da razão, aconselharia na prática a fazê-lo renovar os seus votos temporários pelo espaço de tempo, equivalente ao que passou na demência completa até o fim do triênio. — *Em nosso caso*: se a Irmã Eusébia ficasse boa depois de se ter esgotado o triênio, deveria renovar os seus votos temporários por 2 anos e 4 meses.

V ASSEMBLÉIA ANUAL DOS SUPERIORES MAIORES

17 a 23 de julho de 1961

Pela quinta vez, depois do II Congresso dos Religiosos do Brasil, os Superiores Maiores realizaram sua Assembléia anual que, neste ano, dedicou suas atenções ao problema vocacional, tendo como tema geral: "*Recrutamento e Cuidado das Vocações Sacerdotais e Religiosas*".

Como nos anos anteriores, a Assembléia dividiu-se em duas secções: a dos Revmos. Padres Provinciais, no Colégio Santo Inácio, de 17 a 20 de julho, e a das Revmas. Madres Gerais e Provinciais, no Instituto Santa Úrsula, de 21 a 23 do mesmo mês. Na tarde do dia 20 realizou-se a Sessão Solene Conjunta de todos os Superiores e Superiores Maiores, no Colégio de N. Sra. de Sion.

Participantes

Publicamos no último número desta Revista a relação dos que participaram na Assembléia: 75 Religiosos de 42 Congregações, representando 66 Províncias, provenientes de 12 Estados, na maioria do Sul; 174 Religiosas, pertencentes a 91 Congregações, representando 112 Províncias, provenientes de 15 Estados, sendo as do Norte e Nordeste bem representadas.

Uma observação interessante que não podemos deixar de fazer: o contínuo aumento dos participantes da Assembléia, pelo menos por parte das Madres. Em 1957 tomaram parte 62 Padres e 120 Madres; em 1958, respectivamente 81 e 152; em 1959, 80 e 129; em 1960, 65 e 146; em 1961, finalmente, 75 Padres e 174 Madres. Era nosso receio que a realização simultânea de vários Congressos (da UILE e do CICIAMS no Rio de Janeiro, dos Cooperadores Salesianos em São Paulo e dos ex-Alunos Maristas em Belém) viesse prejudicar o número de participantes da Assembléia; pelo contrário, foi este ano o de maior número de Províncias representadas, apesar de ter isso impedido a presença de muitos Provinciais que, por estarem ocupados em outros movimentos do interesse da própria Congregação, tiveram que enviar um seu delegado.

Também este ano, como nos últimos, foi seguido o sistema de mesas redondas: após a exposição do Relator, os Assembleístas reuniam-se em vários grupos, estudando o assunto em comum, levando depois as conclusões ao plenário para sua aprovação.

I — SESSÕES DOS REVMOS. PADRES PROVINCIAIS

Como dissemos, foram as sessões realizadas no Colégio Santo Inácio que, para isso, gentilmente cedeu seu salão de atos. Presidiram aos trabalhos o Revmo. Presidente, o Pe. Secretário e todos os outros membros da Diretoria da CRB.

Segue-se o relatório do desenvolvimento dos trabalhos.

I "Aspectos jurídicos e financeiros do recrutamento de vocações"

Relator: Dom Geraldo Fernandes C.M.F., Bispo de Londrina — PR

O Exmo. Relator estabeleceu alguns princípios e apresentou algumas sugestões práticas, pois que sobre recrutamento existe muito pouca legislação canônica, em sentido rigoroso.

1. Quanto ao recrutamento para o clero secular, o Direito Canônico é claro e taxativo: "Dent operam sacerdotes, praesertim parochi, uti pueros, qui indicia praebeant ecclesiasticae vocationis, peculiaribus curis e saeculi contagiis arceant, ad pietatem informant, primis litterarum studiis imbuant, divinaeque in eis vocationis germen foveant". É obrigação de todos os sacerdotes cultivar as vocações sacerdotais para o clero secular.

2. Relativamente às vocações religiosas masculinas e femininas, já não encontramos no Código de Direito Canônico normas tão precisas. Não é isto de estranhar, pois, em primeiro lugar, o "De Religiosis" não constitui mais do que a ossatura do Direito dos Religiosos e, em segundo, essa corrida ao recrutamento é posterior à elaboração do Código.

3. O Espírito Santo não precisa de licença de ninguém para chamar quem quer que seja ao estado religioso, mesmo que este chamamento seja através de uma causa segunda — outro religioso ou religiosa, por exemplo.

4. Nenhum Religioso pode, salvo os casos excetuados relativamente às Ordens mendicantes, pedir "esmolas" para as obras das vocações religiosas masculinas ou femininas, sem as comuns e normais licenças do Ordinário do lugar.

5. Certas respostas particulares, como a da Congregação dos Negócios Extraordinários ao Bispo de Namur e a do Prefeito da Sagr. Congregação dos Seminários e Universidades de Estudos, etc., devem ser interpretadas conforme o cânon 17, § 3, que diz: "interpretatio data per modum rescripti in re peculiari vim legis non habet et ligat tantum personas atque afficit res pro quibus data est".

6. O recrutamento, tanto por parte dos Religiosos como das Religiosas, aumenta na região as vocações para todos, contanto que seja feito de um modo sobrenatural, inteligente, leal, e obedecendo a normas mais ou menos comuns e uniformes.

7. Os recrutadores (mensageiros do "Espírito Santo") não precisam de licença do Ordinário do lugar para recrutar, mas devem obedecer às leis que o mesmo tenha dado sobre o recrutamento, pois este é um de tantos pontos sobre os quais ele pode legislar, mesmo urgindo o seu cumprimento com sanções canônicas segundo a norma do cânon 2222.

8. Os problemas que certamente surgirão entre a Jerarquia e os Religiosos, ou entre os próprios Religiosos, não são problemas que se possam resolver com normas jurídicas, que realmente são lacunosas, mas, com amor à Igreja, por um lado, e, por outro, com bom senso, com juízo.

9. As Religiosas também são filhas de Deus... Deveriam ter muito mais apoio no recrutamento e sustento de suas vocações. Quanto ao primeiro, cumpre reconhecer que as estatísticas revelam serem os sacerdotes que mais

influem no recrutamento das vocações femininas, nem de outra forma se poderia compreender, e mais deveria ser; quanto ao segundo, é mínima, e não raro, nem ao cumprimento dos deveres de estrita justiça chegou a sua cooperação.

Damos a seguir as *conclusões* a que chegaram os Revmos. Padres Provinciais reunidos em várias mesas redondas:

1) Sugere-se maior contato com outros estudantes para que os juvenistas aprendam que há problemas que o seminarista deve conhecer dentro do ambiente em que mais tarde irá viver;

2) Imprimir maior cunho de responsabilidade;

3) Maior penetração nas famílias, com palestras, cursos e associações;

4) Maior divulgação da idéia da vocação através de folhetos, livros etc.;

5) Para maior entrosamento dos estrangeiros no Brasil, recomenda-se muito o estudo da língua; um estudo da psicologia do povo, do método de trabalho com ele, da história e geografia do país. Sugeriu-se a possibilidade de funcionar este curso num apêndice do Curso de Pastoral.

6) Quanto ao problema do recrutamento, para não criar situações melindrosas com os Bispos, acentuou-se a necessidade de, quando se fôr fazer recrutamento, entender-se sempre com os mesmos.

7) Em princípio, os Bispos não impedem que se faça recrutamento, mas descjam, e é justo, estar ao corrente do que se vai fazer. Igualmente, os vigários em suas respectivas paróquias.

8) Quanto ao problema econômico, respeitar o que o Bispo determina.

9) Frisou-se a necessidade de não continuar a fazer das esmolas um meio de sustentar as vocações. Para estas deve haver uma fonte de rendas, fazendas ou prédios. Há tantos meios de que podemos e devemos lançar mão! Não aceitar alunos gratuitos para que, também sob o aspecto de sacrifício que se faz para estudar, mais se valorize a vida religiosa. (Dom Geraldo sugeriu que a fim de se evitar o perigo da concorrência, se unificasse a tabela de contribuições).

II "Aspectos sociológicos da Vocação"

Relator: Pe. Frei Antônio Rolim O.P.

Aproveitando os resultados de um inquérito planejado pelo "CELAM" e aplicado aos Religiosos nas Casas de formação no Brasil, o Relator trouxe uma série de dados que foram brilhantemente apresentados e discutidos de um modo magnífico, dando assim àqueles a devida interpretação.

Esperando publicar breve o texto desta tese, baste, por ora, um simples esquema dos problemas levantados pelo inquérito:

a) Meio geográfico e vocação religiosa;

b) Grandes, médias e pequenas cidades, e vocações religiosas;

c) Meio econômico e social;

d) Relações dos estudantes universitários e secundários com as vocações religiosas;

e) Escolas Apostólicas e Seminários em face de uma pastoral objetiva para o Brasil;

f) O problema da idade.

Não houve mesas redondas, por ter sido o tema discutido pelo Relator juntamente com os Revmos. Padres Provinciais.

III "Papel do Provincial no recrutamento das vocações"

Relator: Dom Orlando Chaves S.D.B., Arcebispo de Cuiabá — MT

A escassez do clero é um dos problemas mais graves do Brasil e de toda a América Latina. Tão grave que preocupa a Santa Sé (a Comissão para a América Latina) e até outras nações católicas: a Espanha (Comissão Episcopal da Obra de Cooperação Sacerdotal Hispano-Americana), a Bélgica (Colégio para a América Latina), os Estados Unidos e o Canadá e outras ainda.

No Brasil, porém, essa escassez não provém da falta de vocações; assim o atesta a experiência.

É preciso promover um recrutamento em grande escala: a "Campanha de um Seminarista para cada mil habitantes". Precisamos ter mais de 70.000 seminaristas. Entre o clero secular e regular temos apenas 25.000. Todos precisam triplicar seus esforços no recrutamento das vocações.

Em primeiro lugar, os Religiosos precisam recrutar vocações para a própria Ordem ou Congregação. Em tal trabalho, vistas largas e confiantes na Divina Providência.

Para promover o recrutamento e manter as casas de formação, organizar a "Obra das Vocações Religiosas".

É preciso que as casas de formação sejam atendidas com carinho especial. Nada lhes falte de meios materiais; tenham pessoal escolhido e suficiente.

É preciso ajudar também, sem particularismo mesquinho, com vistas voltadas para o bem da Igreja, na formação do clero secular:

- a) As Ordens e Congregações que tiverem missões devem ajudar o Prelado a fundar e manter, com pessoal, seu Seminário para a formação do clero secular da Prelazia. A Santa Sé impõe a todos os Prelados o dever de ter ao menos um Seminário preparatório para o clero secular;
- b) Os Religiosos podem também auxiliar os Bispos sem clero ajudando na organização de seus Seminários, com pessoal, e aceitando a direção dos mesmos;
- c) Os Párocos religiosos têm obrigação de colaborar com o Bispo da Diocese no recrutamento das vocações para o Seminário diocesano em suas mesmas paróquias.

As paróquias, escolas e colégios de Religiosos podem ajudar os Bispos no recrutamento e manutenção das vocações, organizando a "Obra das Vocações Sacerdotais" para o clero secular.

Os Religiosos podem muito também no recrutamento das vocações religiosas femininas, de que tanto precisamos, para a vida contemplativa e para o apostolado da Igreja nas obras sociais e educacionais.

Como conclusões, acrescentemos:

- 1) O que se fêz notar, em geral, é que nem tôdas as Congregações têm

recrutadores oficiais, mas sim eventuais. São também recrutadores nas horas vagas...

2) Insistiu-se no fato de os Provinciais ajudarem o Bispo no recrutamento das vocações para o Seminário. Ele tem menos possibilidades que os Religiosos e, por isso, deve ser ajudado, especialmente nas Prelazias. Estas, quando mantidas por Religiosos, e tôdas o são, deveriam deixar o campo de recrutamento de vocações para o Bispo. De fato, êste só tem a sua Prelazia, quando os Religiosos podem contar com outros centros. O Superior Provincial deve estar interessado num número maior de vocações para os Seminários das Prelazias e ajudar na sua manutenção.

3) Outro modo de ajudar os Bispos é aceitando a direção dos Seminários, pois os Religiosos dispõem de maior número de pessoal...

4) Finalmente, insistiu-se na fundação da *Obra das Vocações Sacerdotais* em todos os colégios e paróquias, com o fim de fomentar vocações e recolher meios para as sustentar.

5) Tratando-se de vocações femininas, recomendou-se:

- a) Encaminhar aquelas môças que demonstrem uma inclinação pela vida religiosa, nossas dirigidas ou que nos procuram em missões ou colégios;
- b) Indirectamente, falando da vocação feminina, em semanas de estudos ou em palestras;
- c) Não ridicularizando hábitos e modos de Religiosas.

IV "O Recrutador, formação e entrosamento com outros recrutadores"

Relator: Pe. Ralfy Mendes S.D.B.

Após breve introdução sôbre a necessidade de recrutar vocações, recrutador não oficial e recrutador oficial, recrutador individual e recrutador coletivo, passou a falar sôbre:

1. *Dotes do Recrutador*: compreensão do problema vocacional, zêlo sacerdotal, alegria de ser sacerdote, fé em sua missão de suscitador, semeador ou promotor de vocações, intuição psicológica, tática de entrosamento com as autoridades eclesiásticas, mestres e meninos.

2. *Normas de ação*:

- a) Preparar o terreno (conferências vocacionais para os fiéis em geral, para associações religiosas, para mestres e meninos);
- b) A quem ter em vista? (problemas do ambiente, da idade, vocações tardias);
- c) Observar bem os múltiplos fatores na família (saúde, reputações, valor humano, situação econômica, vida cristã, educação etc.) e no candidato (dotes físicos, intelectuais, morais, reta intenção e outros predicados).

3. *O recrutamento nos educandários de Religiosos*:

- a) Resultado de pesquisas sôbre o campo vocacional nos educandários católicos;
- b) Impecilhos do trabalho vocacional nos colégios de Religiosos (educação em massa, professores leigos sem vida cristã, falta de direção

espíritual, maus filmes, fanatismo pelo esporte, deficiência na instrução religiosa);

- e) Meios para promover vocações nos educandários (sólida formação cristã por meio de aulas de catecismo e de associações religiosas, formação para o apostolado, contato individual com os alunos, clube vocacional, aulas vocacionais, festa e mês das vocações, retiros especializados etc.).

Não houve tempo para mesas redondas; fizeram-se somente perguntas ao orador:

1) Conveniência de os filhos de desquitados serem aceitos nos Seminários... Não há legislação, porém, nota-se o inconveniente. No entanto, quando se trate de adulto, investigar mais as qualidades do candidato e menos o tronco familiar.

2) Férias. Convém conceder férias aos seminaristas. Todos pela afirmativa. Melhor se se conseguisse uma permanência em lugares organizados pela própria casa religiosa, com ambiente muito propício;

3) O depoimento geral foi que normalmente se deve mandar para férias, mas preparar antes o seminarista para as passar;

Afirmção que mereceu bastante apoio foi a de se acabar com o nome de "recrutador". Em vez de limitar-se a trabalhar com o indivíduo, é melhor política vocacional o criar-se um *clima* de vocações, formando o ambiente e aproveitando a técnica do trabalho.

Esteve presente à reunião o Dr. José Artur Rios, da Secretaria de Administração do Estado da Guanabara, o qual, assessorado pelo Prof. Ariento, veio falar sobre a situação do menor neste Estado, como também do SAM.

Em breves palavras colocou a gravidade do problema, concluindo pela incapacidade do Estado em atender a 80.000 para 100.000 crianças abandonadas, de todos os tipos. Fêz um apêlo aos Religiosos para que auxiliassem o Estado a resolver o problema que envolve dois planos:

a) SIM (Serviço de Internamento de Menores): através de convênios, nos moldes de concorrência pública, os meninos são internados em instituições particulares com custeamento "per capita". Notou-se que muitos colégios leigos se organizaram só para receber essas verbas do Govêrno, de onde resultou o fracasso pedagógico. Surgiram problemas graves e a necessidade de um apêlo aos Religiosos para que cooperem com o Estado;

b) SAM (Serviço de Assistência a Menores): é possível que, aos poucos, o SAM no Rio de Janeiro passe para o Estado. Então se cuidará de fazer passar estas escolas para os Religiosos especializados na readaptação de menores, em tipos de convênios ou mesmo de entrega dessas obras, para que possam atender à sua finalidade.

V. "Apostolados da CRB: Pessoal Religioso da Sede e das Secções Estaduais, Instituto Psiquiátrico, o CERIS, Associações de Pais e Mestres, Instituto Deus Sapientia etc."

O Revmo. Pe. Tiago G. Cloin, Secretário Geral da CRB, fêz uma exposição serena e objetiva da situação da Conferência.

1. O Departamento de Estatística se tornaria comum à CRB e à CNBB, resultando assim o CERES. O plano é pedido pelos Bispos, desejado pela Nunciatura Apostólica e aprovado pela Santa Sé. Foi já comprado um prédio em construção. As despesas de compra e manutenção seriam pagas pelas duas Conferências. As Missionárias de Jesus Crucificado, agora aumentadas de mais 4, foram elogiadas pela sua abnegação e dedicação à causa da Conferência. Ao mesmo tempo, o Pe. Tiago recomendou a pequena indústria de plásticos que sustenta o seu trabalho: "é coisa da Conferência e devemos ajudá-la"...

2. É necessário aumentar o número de pessoal que trabalha na Sede central e nas secções estaduais, sendo questão de vida ou de morte.

A resposta dos Provinciais a êste apêlo foi realmente positiva, com promessas reais por parte do Provincial dos Jesuítas de Pôrto Alegre, dos Padres Agostinianos do Rio de Janeiro, e dos Padres Servitas de São Paulo.

Foram apresentadas algumas sugestões:

- a) Mandar aos Provinciais uma lista das atribuições a serem preenchidas na Conferência, para que os Superiores possam escolher sujeitos que venham realmente a corresponder às necessidades (isto devido à ausência de muitos Provinciais à reunião);
- b) Pensar na remuneração dos Religiosos que lá trabalham, para que seja remunerada a Congregação que fizer o sacrifício de ceder um de seus membros;
- c) As Províncias que no momento não podem dar pessoal, ajudem com dinheiro para manter êste;
- d) Não deve haver compromisso de tempo determinado, porém, que não seja cedido por pouco, a fim de não criar problemas de adaptação de novos elementos;
- e) Notando-se a ausência de muitos Provinciais, o que impossibilitava a deliberação de assuntos graves, como êste do pessoal, e que tal ausência é devida à distância de um extremo a outro do Brasil, sugere-se a realização de duas reuniões de Provinciais, uma no Norte e outra no Sul;
- f) Pede-se também um maior entrosamento com a AEC, para que os problemas relacionados com a educação tenham uma solução de fato;
- g) Pede-se ainda um *Encontro de Ecônomos e Procuradores*, para o próximo ano, a fim de atualizar seus métodos e suas atividades.

3. Continuou o Pe. Secretário sua exposição sôbre os apostolados da CRB:

- a) Recebimento de Religiosos estrangeiros. A organização do serviço da Conferência foi bem recebida na Europa;
- b) Instituto de cursos por correspondência. O Pe. Frei Ricardo Rozestraten, em colaboração com a CRB, está se esforçando pela fundação de um, tanto sôbre assuntos religiosos como profanos;
- c) Instituto Superior de Ciências Religiosas, para Irmãos e Irmãs. Enquanto um está em vias de organização em Pôrto Alegre, cogita-se

- já também na próxima fundação de outro em São Paulo;
- d) Hospital Psiquiátrico. Pelo inquérito realizado, notou-se a necessidade do mesmo, mas tal assunto deve ser estudado com calma, pois o aspecto econômico é muito sério e tem de ser tomado em conta;
 - e) Orientação Psico-Pedagógica. Trabalha-se já neste setor, com bons resultados, em São Paulo e Porto Alegre. Para formação de mestres e elementos capacitados a atender nas próprias Províncias, são recomendados cursos e encontros deste gênero;
 - f) Recomenda-se também o apostolado do rádio, como sendo um campo muito fértil;
 - g) Associação de Pais e Mestres. O Pe. Secretário faz um apêlo insistente para que em tôdas as escolas se funde a associação, sendo o caminho indispensável para se conseguir melhores resultados na educação, para salvaguardar na escola os direitos da família e da Igreja.

4. O problema da educação foi tratado por Dom Padim O.S.B., vice-Presidente da AEC. Abordou dois temas:

a) Possibilidades de atingir o operariado através do ensino e da educação, pois o governo obriga por lei as fábricas que tenham mais de 100 operários a sustentarem os filhos dos operários em escolas próprias ou em colégios particulares e grupos. Tal objetivo será alcançado, quer abrindo novas escolas em fábricas ou arredores, quer facultando a entrada desses alunos de classe média em nossos colégios.

b) Lei de Diretrizes e Bases. Falou da luta que se estava travando no Senado, e das possibilidades de ser aprovada essa Lei. No entanto, na hipótese de ser aprovada, frisou a responsabilidade que nos caberá de cumprirmos aqueles dispositivos.

5. Sobre o "Movimento para um Mundo Melhor" apresentou, finalmente, Mons. Frederico Didonet, da Diocese de Campinas-SP, uma breve síntese doutrinária e de método do Movimento, o que êste espera dos Religiosos (acolhimento e compreensão) e o que o mesmo promete dar:

- a) Maior espírito de família;
- b) Visão mais completa da Igreja;
- c) Entrosamento cada vez maior entre os dois cleros.

Após a exposição, houve debates e pedidos de maior conhecimento do espírito e da disciplina da comunidade religiosa, para que o MMM possa alcançar as finalidades almejadas.

6. A seguir, o Diretor de Serviços da CRB, Sr. Laércio Leopoldino, apresentou sua exposição sobre o funcionamento atual dos Serviços da Conferência. Pontos principais tratados:

- a) Novo tipo de depósitos: sem modificar o que já existe, sem prazo fixo, sugere-se fazer depósitos com prazo mínimo de um ano, possibilitando assim um melhor atendimento a pedidos de financiamentos aos Provinciais para suas obras;
- b) Será construído novo depósito para a CRB, dado que o atual não corresponde mais às suas necessidades;

- c) Será iniciada a distribuição de vinho de Missa, dos Irmãos Maristas de Garibaldi, às casas religiosas;
- d) Em vista de vários casos ocorridos, recomenda-se o seguro de veículos;
- e) Devido à portaria do Ministério da Aeronáutica, o serviço de viagens recebeu tremendo golpe. Recomenda aos Provinciais que enviem cartas, pedindo a revogação da portaria, observando que as pequenas vantagens são aplicadas em benefício de obras sociais;
- f) Planeja-se a criação de um departamento jurídico da CRB, iniciando suas atividades para o Rio de Janeiro e, aos poucos, para os Estados vizinhos, em vista a, mais tarde, poder atender a todos os Estados do Brasil;
- g) Pede com insistência um Religioso que possa superintender nos serviços da CRB.

Encerrando, o Exmo. e Revmo. Sr. Presidente da CRB, Dom Martinho Michler O.S.B., corroborou o pedido de pessoal feito pelo Padre Secretário, apelando para a generosidade dos Provinciais. A Conferência faz tudo por cumprir sua missão, porém, não o poderá fazer sem o auxílio do pessoal necessário.

(continuará no próximo número)

Pe. Frei Januária de Sortino

II CONGRESSO LATINO AMERICANO DE ENFERMAGEM

Realizou-se no Rio de Janeiro, de 16 a 23 de julho p.p., o II Congresso Latino Americano de Enfermagem, que teve como tema central "O SENTIDO CRISTÃO DE SERVIR E A ENFERMAGEM".

Aberto com a celebração da Santa Missa por S. Em. D. Jaime de Barros Câmara, D. D. Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro, na Igreja da Candelária. À noite, Sua Eminência fez-se representar na Sessão Solene, no Salão da Escola Nacional de Música, pelo Revmo. Monsenhor Joaquim Nabuco, que acentuou quanto estavam ligadas a condição de servir às profissões de médico e de enfermeira, por isso mesmo, de pleno acôrdo com a doutrina da Igreja Católica.

Nessa Sessão foi lida a mensagem do Papa João XXIII ao Congresso, onde Sua Santidade declarou que "o tema proposto é o mais oportuno, digno de atento e ponderado estudo". Terminando concedeu a Bênção Apostólica aos congressistas.

Diariamente foram os trabalhos iniciados com a celebração da Santa Missa. Aos estudos, intercalaram-se passeios aos pontos aprazíveis da cidade, à baía da Guanabara, Escolas de Enfermagem, Hospitais e Muscus.

Com grande interêsse, foi debatido sob vários aspectos o tema central do Congresso pelas delegações representadas pelo número seguinte de membros: Chile, 95 — Perú, 79 — Honduras, Colômbia e Estados Unidos 1 e o Brasil com 608, havendo neste número alunas de Escolas de Enfermagem, Auxiliares de Enfermagem e observadores.

Antes de retornarem a seus países ou estados, grande número de congressistas foram depositar aos pés da Virgem Aparecida, na sua Basílica Nacional, os agradecimentos e pedidos não só pela profissão, como pessoais.

Foram as seguintes as conclusões a que chegaram:

CONSIDERANDO

- I. Que o serviço profissional prestado com o máximo de eficiência e o desejo de servir ao próximo é uma ascensão que nos aproxima de Deus,
- II. a) Que sendo a religião que mais propicia alicerce sólido para a formação do caráter;
b) Que, se atender aos princípios morais e religiosos a enfermeira cristã será mais capaz de enfrentar inteligentemente as constantes mudanças da vida social moderna e resolver prudentemente os problemas profissionais,
- III. a) Que as normas éticas estão sendo desrespeitadas em muitos campos de atividade da enfermeira;
b) que freqüentemente a enfermeira tem que enfrentar sozinha essa situação,
- IV. Que defender a saúde do corpo e do espírito é servir na plena acepção da palavra,
- V. Que dia a dia se torna mais grave o problema dos filhos ilegítimos, devido à multiplicação de uniões livres,

RECOMENDA

- As Associações de Enfermeiras
1. Que promovam meios de aperfeiçoamento técnico-científico de seus membros.
- As Escolas de Enfermagem
2. a) Que procurem integrar no seu currículo o ensino de religião;
As Associações de Enfermeiras
b) Que promovam, em benefício de seus membros, conferências de formação doutrinária abertas a outros profissionais.
- As Associações-Membros do CICIAMS
3. a) Que estudem as causas das dificuldades éticas e administrativas com que se defrontam as enfermeiras e colaborem na solução das mesmas.
- Aos Diretores de Hospitais
- b) Que o Regulamento do Hospital mencione explicitamente, repulsa pelas operações ilícitas.
- Aos Enfermeiros
- c) Que não aceitem contrato de trabalho em serviço que não tenha em seu Regulamento garantia de observância do Código de Ética do CICIAMS, com referência a práticas ilícitas.
- As Associações-Membros do CICIAMS
4. Que estimulem o interesse de suas associadas pelo trabalho de associações nacionais e internacionais em que são debatidos problemas relativos à saúde e ao bem-estar do homem.
- As Associações-Membros do CICIAMS
5. Que em futuras reuniões, estudem a difícil questão visando esclarecer qual o papel da enfermagem na recuperação de pais ilegítimos, na educação de seus filhos e na promoção de ambiente propício à formação da ver-

- VI. a) Que a família tem sofrido profundas modificações estruturais;
- b) que há problemas sociais que repercutem na Família, com isso aumentando o número de desajustamentos mentais de origem familiar,
- VII. a) Que o espírito moderno materialista e mercenário está penetrando em nossas escolas, destruindo o ideal e aviltando uma vocação tão digna e nobilitante;
- b) que há perigo de as alunas no futuro só se preocuparem com o aspecto pecuniário da profissão e com o reconhecimento social da enfermagem;
- c) que o problema de "status" social não se resolverá somente por meio de leis ou aumento salariais, mas sobretudo pela competência profissional, dignidade pessoal e o espírito de servir,
- VIII. a) Que, no momento, a pequena participação das Escolas de Enfermagem Católicas, nas Associações de Escolas Superiores Católicas é uma prova de indiferença pelo espírito cristão;
- b) que esta indiferença é contrária às mais lídmas tradições dos povos latino-americanos;
- c) que estas Associações podem dar às Escolas de Enfermagem Católicas, orientação científica e religiosa,
- IX. a) Que a assistência ao paciente é o objetivo principal de todos os que trabalham nos hospitais e nos serviços de saúde;
- b) que para alcançar esse objetivo há necessidade de que opiniões e conveniências pessoais sejam sacrificadas ao bem comum;
- c) que o sacrifício das opiniões e conveniências pró-

dadeira família fundada no sacramento cristão.

As Escolas de Enfermagem

6. *Que no ensino da Sociologia e da Psicologia Social seja dada ênfase especial ao estudo da Família.*

As Associações Nacionais de Enfermeiras

7. *Que orientem as Escolas de Enfermagem a rever sua filosofia educacional e seus objetivos de ensino.*

As Escolas de Enfermagem Católicas

8. *Que se filiem às Associações de Escolas Superiores Católicas.*

Aos Diretores de Unidades Hospitalares e Sanitárias

9. a) *Que nos estabelecimentos onde não houver, sejam criados departamentos ou serviços de enfermagem,*
- a) *que procurem desenvolver o espírito de equipe por todos os meios e métodos adequados, inclusive reuniões periódicas de Chefes de Serviço.*

- prias só é aceito quando há conhecimento dos problemas dos outros;
- d) que nem sempre a organização hospitalar tem previsto a estruturação dos vários serviços,
- X. a) Que uma assistência Médica Sanitária eficiente depende de recursos não apenas materiais, mas principalmente de recursos humanos;
- b) que os recursos humanos no setor da enfermagem são representados pelo pessoal em número e qualidade adequados,
- XI. Que o chefe do Serviço de Enfermagem é responsável pela atuação de todo pessoal de Enfermagem,
- XII. a) Que o pessoal de enfermagem compreende o elemento que tem sua formação profissional feita em Escolas de Enfermagem ou de Auxiliares de Enfermagem e o elemento não profissional, que não recebe formação em escolas;
- b) que a formação do pessoal profissional se inicia nas escolas e se aperfeiçoa no exercício da profissão,
10. *Que se esforcem no sentido de conseguir recursos para prover pessoal de enfermagem em número suficiente e qualidade eficiente.*
11. *Que a seleção do pessoal de enfermagem seja entregue ao chefe do Serviço de Enfermagem.*
- Aos Serviços de Enfermagem
12. *Que mantenham um programa de educação e formação de pessoal orientado na sublime vocação de servir a Cristo na pessoa do enfermo.*

RELAÇÃO DAS CONGREGAÇÕES RELIGIOSAS QUE SE FIZERAM REPRESENTAR NO II CONGRESSO DE ENFERMAGEM DO CICIAMS.

115 RELIGIOSAS REPRESENTANDO AS SEGUINTE CONGREGAÇÕES:

- | | |
|--|--|
| 1 — Capuchinhas de São Francisco de Assis | 11 — Franciscanas do Coração de Maria |
| 2 — Coração de Jesus — Irmãs | 12 — Franciscanas Hospitaleiras Portuguesas — 2 Províncias |
| 3 — Divina Providência — 2 Províncias | 13 — Franciscanas de Maria Auxiliadora |
| 4 — Divino Salvador — 3 Províncias | 14 — Franciscanas Missionárias do C. Im. de Maria |
| 5 — Dominicanas de N. Sra. do Rosário | 15 — Missionárias Franciscanas de Maria |
| 6 — Filhas de Caridade de S. Vicente de Paulo — 4 Províncias | 16 — Franciscanas de N. Sra. do Amparo |
| 7 — Filhas do Coração Imaculado de Maria | 17 — Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã |
| 8 — Filhas da Misericórdia | 18 — Franciscanas da Providência de Deus |
| 9 — Filhas de Santa Teresa | |
| 10 — Franciscanas Bernardinas — 2 Províncias | |

- | | |
|---|--|
| 19 — Franciscanas de São José — 2 Províncias | 27 — Providência de Cap — 2 Províncias |
| 20 — Irmãs de Maria do Apostolado Católico | 28 — Franciscanas de la Caridad |
| 21 — Irmãzinhas da Imaculada Conceição — 3 Províncias | 29 — Irmãs Ministras dos Enfermos |
| 22 — Irmãs do Coração de Maria | 30 — Sagrada Família |
| 23 — Missionárias da Imac. Conceição — 2 Províncias | 31 — Salvatorianas |
| 24 — Missionárias Zeladoras do S. C. de Jesus | 32 — Santa Catarina |
| 25 — Irmãs de N. Sra. da Piedade | 33 — S. José de Chambery — 3 Províncias |
| 26 — Pequenas Missionárias de Maria Imaculada | 34 — Servas do Esp. Santo |
| | 35 — Servas de Maria Ministras dos Enfermos. |

SERVIÇO DE PROCURADORIA

Não pretendemos sobrestimar o nosso Serviço de Procuradoria tão oportunamente criado pela CRB para servir as Casas Religiosas do Brasil.

Deixemos que as próprias instituições por êle servidas lhe concedam o conceito a que faz jus. Falem também os funcionários das diversas repartições ministeriais de sua organização, do carinho e da dedicação com que êste Serviço cuida dos processos a êle confiados. Tragam igualmente o seu testemunho os responsáveis por organismos congêneres, para depor sôbre o laborioso empenho em levarmos a bom tôrmo nossos objetivos de a todos bem atender.

O Serviço de Procuradoria, criado para representar as entidades religiosas junto dos órgãos públicos federais no Rio de Janeiro e em Brasília, encarrega-se única e exclusivamente da parte burocrática dos processos, ficando o trabalho dos trâmites políticos com a própria entidade religiosa. Veio isto, naturalmente, favorecer as instituições religiosas, evitando assim as despesas que correriam por conta das mesmas, com as dispendiosas viagens de pessoas credenciadas a estas capitais, para tratarem nos Ministérios dos diversos assuntos de interêsse das Províncias, Casas ou Obras.

Temos consciêcia de bem haveremos cumprido nossas atribuições, defendendo com zêlo e carinho os interêsses desta ou daquela instituição, do pároco, do religioso ou religiosa que em longínquas terras trabalham no anonimato, como também dos religiosos que chegam ao nosso país, estranhos aos nossos costumes, à nossa língua, à nossa gente.

Na verdade, se é nossa intenção manter um Serviço de Procuradoria capaz de representar, com eficácia, uma instituição que a êle confia seus negócios, logicamente temos que dispensar-lhe tôda a atenção necessária para que suas funções próprias possam ser bem desempenhadas.

Temos de afirmar que a CRB tem dado a êste Serviço todo o apoio de que ha necessitado, quer no aspecto humano, mantendo um quadro de funcionários bem remunerados e dedicados às suas funções, quer no aspecto técnico, proporcionando aos mesmos material de tipo moderno, para o cabal desempenho de suas atividades cotidianas.

O que atribuímos aos nossos serviços sobre os processamentos, representa a menor taxa cobrada por qualquer serviço congênere em todo o território nacional. A assistência que o Serviço de Procuradoria dispensa às instituições que se lhe dirigem, sugerindo medidas a serem observadas, instruindo, prestando informações quase diariamente, sobre o andamento de diversos processos, cumprindo exigências formuladas pelos órgãos ministeriais, mantendo correspondência diária, tem elevado sobremaneira, o índice de recebimento e as autorizações para pagamento de centenas de processos, incluindo outros de natureza diversa, desde a isenção de impostos à aquisição da nacionalidade brasileira. Este volume de trabalho acarreta despesas — inclusive o pagamento de pequenas taxas destinadas a andamento mais rápido de processos — que tornam este nosso Serviço o mais dispendioso da Conferência. Com a mudança de diversas repartições para Brasília, defrontamo-nos com novas dificuldades relativas ao trabalho de procuradores; vêm estas sendo superadas pelos nossos contatos telefônicos e viagens àquela cidade, o que vem sobrecarregar mais ainda as despesas. Pelo aumento progressivo dos salários da equipe de funcionários especializados e do custo de material de expediente, verificados nos últimos anos, e pelo recente astronômico aumento sobre as tarifas postais, telegráficas e rodoviárias, etc., tornou-se o Serviço de Procuradoria deficitário. De cada processo, cujo pagamento não seja efetuado pelo Governo, resulta acréscimo no déficit.

Assim temos de informar que no balancete do 1.º semestre deste ano, verificou-se uma despesa de Cr\$ 3.000.000,00 com o dito Serviço de Procuradoria e uma receita de Cr\$ 1.100.000,00, resultando um déficit de Cr\$ Cr\$ 1.900.000,00.

Não podemos deixar de salientar um aspecto particular do assunto. Não contamos, em geral, com o benefício dos processos de elevadas importâncias e de recebimento seguro. Estes, como regra, são levados a efeito pelo próprio procurador religioso ou confiados a outro procurador leigo, enquanto que os processos de modestas importâncias e de recebimento inseguro — que os procuradores leigos costumam recusar — são os que a Conferência recebe. Claro, que não pretendemos negar ao Religioso o direito de tratar por si próprio os processos de elevadas subvenções, entregando os demais à CRB. Nem nos falta a compreensão pelo seu proceder, contanto que também ele, de sua parte, se torne cômico de incumbir o nosso Serviço de uma tarefa bastante ingrata. Julgamos, porém, que confiando os processos do primeiro tipo a um procurador leigo, seria mais conforme a equidade que se encarregasse o mesmo também dos processos do segundo tipo, para os quais há os mesmos demorados e custosos trâmites a seguir, sem que, contudo, lhes correspondam proporcionais proventos. O Serviço da Conferência não faz discriminação, encarregando-se destes como daqueles.

Em vista do caráter deficitário de nosso Serviço de Procuradoria, vimo-nos obrigados a sugerir à Diretoria da CRB um reajustamento em tôdas as taxas cobradas sobre os processos de subvenções, de registro de diploma, bem como sobre os demais assuntos tratados pelo referido Serviço.

A Diretoria da Conferência, na reunião ordinária de 26 de agosto u. p., aprovou a seguinte tabela de taxas:

Novas Taxas do Serviço de Procuradoria da C.R.B.

Subvenções Federais: Até Cr\$ 200.000,00	5,0%
De Cr\$ 200.000,00 a 500.000,00	4,5%
De Cr\$ 500.000,00 a 1.000.000,00	4,0%
Mais de Cr\$ 1.000.000,00	3,0%
Mais de Cr\$ 3.000.000,00 (a combinar com a Diretoria de Serviços).	
Taxas de registro no Conselho Nacional de Serviço Social	Cr\$ 2.000,00
Taxa de registro no Departamento Nacional da Criança	" 2.000,00
Taxa de registro de Diplomas para religiosos	" 1.000,00
Taxa de registro de Diplomas para leigos	" 2.000,00
Reconhecimento de Utilidade Pública	" 5.000,00
Processos de isenção de impostos	" 3.000,00
Confecção de Estatutos	" 3.000,00
Confecção de Estatutos, publicação no Diário Oficial, registro de Cartório de Pessoas Jurídicas (não estão incluídas as despesas para publicação, registro, etc.)	" 5.000,00
Pesquisas no Ministério sobre diplomas	" 500,00
Pesquisas nos Ministérios sobre requerimentos de verbas	" 500,00

Os casos acima serão enquadrados nas taxas normais de registro de diplomas ou taxas de subvenções, caso os processos venham a ser acompanhados pelo Serviço de Procuradoria da C.R.B.

Acreditamos que seja esta nova tabela de taxas acolhida com o espírito de justiça e compreensão por parte de todos os nossos abnegados Religiosos, que saberão aquilatar esta medida, necessária à manutenção e desenvolvimento de nossas finalidades, em benefício das Comunidades Religiosas do Brasil.

Diretoria dos Serviços da C.R.B.

BIBLIOGRAFIA

J. C. de Oliveira Torres. UM MUNDO EM BUSCA DE SEGURANÇA. São Paulo, Editora Herder, 1961. 304 págs.

É com sumo agrado que, numa perseverante continuidade a honrar o autor, vemos aparecerem nos escaparates das livrarias, obras de J. C. de Oliveira Torres.

Verdadeiro apostolado que se impôs. Os seus livros, sempre num estilo leve e correto, embora alguns deslises gramaticais e sintáticos nêles apareçam, como no da epígrafe, semeiam a manchetas idéias elevadas e certas. Não somente procura esclarecer pontos de história, tantas vezes maltratados pela ignorância de pseudo-historiadores, como apresen-

tá-los à luz duma sã filosofia e garantida veracidade.

Desde o seu primeiro grande livro "O Positivismo no Brasil" (1a. edição em 1943) até este a motivar os presentes comentários, contamos uma vintena deles que, de um modo ou de outro, defendem, engrandecem e apregoam a nacionalidade brasileira, construída com a fé, o patriotismo e a confiança de nossos maiores.

Em "Mundo em Busca de Segurança" O.T. prega o assentamento de uma organização política que, em seus re-

flexos, assegure uma economia bastante ordenada de modo a garantir a necessária tranqüillidade, requisito indispensável para expansão normal da pessoa humana, em suas precisões trrestres, enquanto espera alcançar a bem-aventurança à qual está destinada.

Divide as suas interessantes, documentadas e, por vezes, "originals" considerações em três partes:

Na primeira, trata da "teoria do *securítismo*", expressão esta de aplicação moderna e que ele explica muito bem. Na segunda, disserta sobre a "propriedade e a segurança", ressaltando com firmeza a importância da "propriedade", como elemento indispensável para se usufruir a "segurança", repetindo muito oportunamente a doutrina da Igreja a respeito. Na terceira, estuda a "efetivação do nacionalismo", analisando semânticamente o termo "nacionalismo" e seu cognato "nativismo", para depois encarar seu análogo "imperialismo" e considerar por fim o "marxismo".

Suas freqüentes referências aos fatos históricos, mormente nacionais, tornam este estudo vivo, palpitante e atual. Oliveira Torres é por uma razoável valorização do que é nacional. Gosta-se de saber que a "Arte de Furtar", obra por muito tempo atribuída ao Pe. Antônio Vieira, e hoje ainda com a autoria objeto de variadas controvérsias, apresenta no cap. L uma declaração em que "50 anos antes da Independência dos Estados Unidos surge caracterizado o princípio das nacionalidades" (página 202).

Do mesmo modo salienta, por diversas vezes, o papel precursor de Suarez, famoso professor de Coimbra, em questões de direito internacional.

Além da análise percuciente que faz dos assuntos ventilados, é com o máximo prazer que nós descobrimos sempre um espírito altamente vivificado pela fé e consciência de suas responsabilidades de escritor católico, embora sem tartufismo mas igualmente sem respeito humano. Assim faz quando, por exemplo, intitula o cap. XI da segunda parte. "O Reino de Cristo", quando no anterior víamos: "Nacionalismo e Cultura" e no posterior: "O Imperialismo". Alla, deste modo, a seriedade do historiador profissional à prática sincera da religião.

Há sempre equilíbrio nos julgamentos do autor, Ele não somente critica, também constrói propondo freqüentemente soluções, como as apontadas nas pags. 298-300. Ele quer o progresso, mas prudente e baseado nas reais possibilidades. Ele ama a sua terra, mas sem desrespeitar a dos outros, Ele apregoa a projeção do Brasil, mas dentro da justiça e da liberdade dos demais, Tem fé no futuro, sem desprezar o passado.

E' com verdadeira profissão de fé que O. T. termina seu estudo: *E como um corpo não pode viver sem alma, é indispensável volvermos ao que é efetivamente a fonte de nossa inspiração, às nossas tradições dentro de um espírito de fidelidade à nossa cultura, essencialmente católica e lusitana* (pág. 301).

I. J. D.

OUTRAS PUBLICAÇÕES ENVIADAS À REDAÇÃO

Denise e Robert Barrat. CARLOS DE FOUCAULD E A FRATERNIDADE. (Coleção: Mestres Espirituais). Trad. de Maria Amelia P. Miguels. Rio de Janeiro, Agir Edit., 1961. 192 pgs., ils.

Irene Tavares de Sá. VOCÊ, ELE E O AMOR. (Coleção Juventude, 14). Rio de Janeiro, Agir Edit., 1961. 244 pgs.

Alfredo Dias Gomes. O PAGADOR DE PROMESSAS. (Coleção: Teatro Moderno). Rio de Janeiro, Agir Edit., 1961. 172 pgs.

Pe. Juliano da Imaculada (Mattei) C. P. APOLOGÉTICA MARIANA — OS SINGULARES PRIVILÉGIOS DE MARIA PERANTE A BÍBLIA — Em palestra com os Irmãos separados. Vitória-ES, Livraria Ancora, 1961. 132 pgs., ils.

PELO LXXX ANIVERSÁRIO NATALÍCIO DE S. S. JOÃO XXIII

Novembro nos reserva a satisfação imensa de celebrarmos, com o terceiro aniversário de sua Coroação, o LXXX aniversário natalício de S. S. o Papa João XXIII. Ocorrência esta que reúne a Igreja tãda ao redor do Pai Comum, numa profunda e sincera homenagem de todos os membros da grei de Cristo, num hino de gratidão a Deus pelos favores concedidos ao Supremo Pastor e Pai e, por meio d'ele, à Igreja e às almas.

A esta homenagem filial associamo-nos nós, membros dos Estados de Perfeição e, portanto, membros dum verdadeiro exército da Igreja e do Papa, nós que no Papa vemos o Supremo Moderador de tãdas as Ordens, Congregações e Institutos Religiosos.

Da pequena aldeia de Sotto il Monte aos supremos esplendores do pontificado, sua vida é um exemp.o de dedicação total ao sublime ideal do sacerdócio, correspondido em todos os seus aspectos de santificação, de apostolado, de dedicação completa às almas, de humildade ainda que na grandeza da vida diplomática ou hierárquica, de mestre na comunicação da doutrina e da verdade.

"Entre as graças que o Senhor se dignou conceder à Nossa humilde vida, desde o primeiro aparecer na infância até à hora já adiantada do ocaso, esta atração viva e insistente do espirito para a visão de Jesus Bom Pastor é de certo a graça primeira e mais preciosa". É essa imagem viva e suave do Bom Pastor que nós admiramos em todos os atos de S. S. João XXIII, quando novel sacerdote com suas atividades em Roma, quando diretor e professor no Seminário de Bérgamo, quando oficial da Congregação de Propaganda Fide, quando Delegado Apostólico na Bulgária, quando Núncio Apostólico na França, quando Patriarca Arcebispo de Veneza, onde volta ao contato com o ministério e as almas, assumindo o lugar e a figura de Pio X, lugar e figura que deveria continuar a assumir ainda na Cattedra de Pedro.

Pastor na tendência irresistível de se aproximar das almas,

até as mais humildes e desconhecidas, como nas visitas aos presos e às paróquias da periferia de Roma.

Pastor no seu amor ao sacerdócio e no incitamento à santidade sacerdotal, como o demonstram todos os seus discursos, em particular os discursos das Sessões do Sínodo, e no incitamento para que aumentem as vocações sacerdotais em santidade, qualidade e número.

Pastor no seu ministério de ensinar a toda a Igreja e a todos os povos: suas Encíclicas "Ad Petri Cathedram" sobre a unidade e a paz, "Sacerdotii Nostri Primordia" no primeiro centenário da morte de S. João Maria Batista Vianney, "Grata Recordatio" sobre a reza do terço, "Princeps Pastorum" sobre as Missões Católicas, e finalmente a "Mater et Magistra" que se torna como um monumento perene da doutrina social da Igreja, estão aí para indicar o Mestre que ensina e que guia.

A realização do Sínodo Romano, que êle quis e êle orientou, quando ainda a pouco tempo na Sede de Roma, vem demonstrar sua grandeza, sua inteligência, sua vontade de realizar.

O amor e o interêsse para a América Latina que em muitos de seus discursos, principalmente no dirigido ao Conselho Episcopal Latino Americano, e no outro aos Superiores Gerais, indica como um grande e fecundo campo a ser explorado e auxiliado por todos os meios, o aproximam mais de nós e o tornam mais querido.

Suas manifestações paternais para conosco, "os religiosos e as religiosas, que colaboram na Igreja com zelo esclarecido", são atestados de amor do Pai para com êstes filhos que lhe confirmam completa dedicação, patrulhas avançadas como são em todos os campos do apostolado.

João XXIII é sobretudo o Papa do Concílio: anunciou-o por inspiração divina, prepara-o com a dedicação suprema de um verdadeiro mestre, para que o Concílio seja "como a passagem do Anjo do Senhor sobre todas as almas, para um despertar de energias, para um palpitar de dedicação fraternal, para uma elevação à Igreja santa, católica e apostólica". E sua realização será a auréola fúlgida que há de cingir sua fronte pelos séculos sem fim.

"Obediência e Paz" é o lema de Nosso Santo Padre.

Obediência e paz serão agora o testemunho e o voto que, em nome dos Religiosos do Brasil, apresentamos a S. S. João XXIII. Obediência completa, profunda, ao Supremo Moderador dos Estudos de Perfeição; Paz ao Chefe Supremo da Igreja de Cristo, na sua missão de paz, de amor, de união entre os povos.

A Redação